



DATA DA REUNIÃO: ONZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. -----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO MIGUEL LINHARES DA SILVA -----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR NUNO MIGUEL LINHARES DA SILVA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS JORGE CASTRO ALVES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADORA ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA QUITÉRIA JULIANA CORREIRA RORIZ – PPD/PSD.CDS-PP - PRESENTE-----

VEREADORA SARA ISABEL FONSECA MOREIRA – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS.-----



HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E TRINTA MINUTOS. -----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a). O senhor vice-presidente deu conhecimento do despacho do presidente da câmara de oito do corrente mês de novembro, que delegou e subdelegou competências nos senhores vereadores em regime de permanência, a tempo inteiro, ou meio tempo, do qual, para maior publicidade, se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quarenta folhas.

b). Intervieram neste período os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP para solicitar esclarecimentos sobre a falta de iluminação pública entre a EM 556 e a EN 104, cuja intervenção é do seguinte teor: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Costa e restante vereação, -----

Há vários meses que o Nó de ligação entre a EM556 e a EN104, no final da rua da Giesteira não dispõe de iluminação pública, bem como uma parte da própria EN104. -----

Trata-se de uma entrada <-> saída do concelho com elevado fluxo de trânsito, o que realmente nos leva a colocar aqui esta preocupação. -----

Qual a razão para a inexistência de iluminação noturna neste local? Qual o critério para estarem desligados todos os postes desta zona?” -----

c). O senhor vice-presidente esclareceu, relativamente a pedido de esclarecimento solicitado na reunião anterior pelos vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação



Handwritten mark resembling a stylized 'A' or '7'.

PPD/PSD.CDS-PP, que já foi colocada placa no edifício sede da CAID, onde estão a ser feitas obras de ampliação. -----

d) A câmara municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um voto de louvor e reconhecimento ao Clube Desportivo de S. Salvador do Campo, ao NAST – Núcleo Associativo de Santo Tirso e ao piloto Armindo Araújo, conforme documento que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas quarenta e quatro a quarenta e seis da mesma. -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

4

DESPACHO

Despacho de delegação e subdelegação de competências nos vereadores com competências de coordenação em diversas áreas de gestão municipal

Atenta a diversidade e amplitude das atribuições e áreas de atuação do município, cujos serviços, nos termos do artigo 37.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, me compete coordenar; -----

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro; -----

Considerando as competências próprias do presidente da câmara municipal, decorrentes do artigo 35.º do Anexo I da mesma Lei n.º 75/2013, e noutras disposições legais, e as que me foram delegadas pela câmara municipal na reunião ordinária de 14 de outubro de 2021 (item 5 da respetiva ata), com a faculdade de subdelegação, publicitada, entre outros meios, através do Edital número 156, afixado na sede do município no dia 18 do mesmo mês de outubro, e publicada no Diário da República, 2.ª série, de 22 do mesmo mês de outubro (Edital n.º 1164/2021); -----

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 34.º, e a norma de habilitação prevista no n.º 2 do artigo 36.º, ambos do Anexo I da dita Lei n.º 75/2013 e as disposições dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo; Considerando ainda o disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei 135/99, de 22 de abril, que determina que todos os serviços adotarão, nos termos legais aplicáveis, mecanismos de delegação e subdelegação de competências que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada; -----

Considerando o teor do meu despacho de 11 de outubro de 2021, publicitado, entre outros meios, através do Edital número 152, afixado na sede do município no dia 12 do mesmo mês de outubro, que distribuiu pelos vereadores nele identificados a coordenação de diversas áreas de gestão



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5

municipal, o que, de modo a assegurar uma melhor comunicação entre a administração local e os cidadãos e demais partes interessadas, seguidamente se transcreve: -----

ÁREAS DE GESTÃO MUNICIPAL:

Presidente da Câmara Municipal – Alberto Manuel Martins Costa: -----

Áreas - Coordenação Geral das Políticas Municipais; Gestão Financeira; Projetos, Obras Municipais e Requalificação do Espaço Público; Urbanismo; Articulação com o Presidente da Assembleia Municipal; Gestão Supramunicipal e Intermunicipal; Governação Local e Cidadania; INVEST Santo Tirso; Gestão dos Paços do Concelho, -----

Integram e reportam a estas áreas de gestão municipal as seguintes unidades orgânicas do município, publicitadas pelo Despacho n.º 3650/2019, de 20 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril de 2019: Divisão de Comunicação e Imagem; Direção Geral Municipal; Divisão Jurídica e de Execuções Fiscais (o Serviço de Execuções Fiscais reporta a sua atividade ao vereador José Pedro dos Santos Ferreira Machado); Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos; Divisão de Licenças e Urbanismo; Divisão de Projetos e Empreitadas; Serviço de Projetos; Serviço de Empreitadas; Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos; Gabinete de Apoio à Presidência. -----

Vereador e vice-presidente da Câmara Municipal – Nuno Miguel Linhares da Silva: -----

Áreas: Contabilidade e Tesouraria; Património Municipal; Contratação Pública na área de aquisição de bens e serviços, e, aprovisionamento; Serviços Gerais e Frota Municipal; Recursos Humanos; Emprego e Inserção Profissional; Eleições; Fábrica de Santo Thyrso. -----

Integram e reportam a estas áreas de gestão municipal as seguintes unidades orgânicas do município, publicitadas pelo aludido despacho n.º 3650/2019: Divisão de Património; Divisão Financeira; Serviço de Tesouraria; Divisão de Contratação Pública (incluindo Armazém); Serviço de Compras; Divisão de Serviços Gerais; Divisão de Recursos Humanos; Serviço de Emprego e

Inserção Profissional; Eleições; Divisão de Desenvolvimento Económico (com exceção do INVEST Santo Tirso, cujas atividades são reportadas diretamente ao presidente da câmara municipal); Serviço de Gestão dos Edifícios Municipais (com exceção dos Equipamentos Desportivos, em que reporta à vereadora Sara Isabel Fonseca Moreira; Parque Habitacional, em que reporta ao vereador José Pedro dos Santos Ferreira Machado; Equipamentos Culturais, em que reporta à vereadora Ana Maria Moreira Ferreira; Parque Escolar, em que reporta à vereadora Sílvia Manuela Costa Ferreira Tavares e equipamentos relativos ao Bem-estar Animal, em que reporta ao vereador Tiago João Machado Araújo); Serviço de Audiovisuais. -----

Vereadora Sílvia Manuela Costa Ferreira Tavares: -----

Áreas: Educação e Formação; Transição Digital; Gestão da Qualidade; Planeamento e Ordenamento Territorial; Sistemas de Informação; Gestão da Relação com o Município; Gestão do Parque Escolar Municipal; Articulação com o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município; Movimento associativo na área da Educação. -----

Integram e reportam a estas áreas de gestão municipal as seguintes unidades orgânicas, publicitadas pelo aludido Despacho n.º 3650/2019: Divisão de Sistemas de Informação; Divisão de Expediente Geral; Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica; Divisão de Educação. ---

Vereadora Ana Maria Moreira Ferreira: -----

Áreas: Transição Climática; Serviços de água, saneamento e resíduos; Cultura; Turismo; Gestão dos Equipamentos Culturais Municipais; Proteção da Natureza; Movimento associativo nas áreas culturais, recreativas e ambientais. -----

Integram e reportam a estas áreas de gestão municipal as seguintes unidades orgânicas, publicitadas pelo mesmo por Despacho 3650/2019: Divisão de Ambiente e Sustentabilidade; Divisão de Património e Museus; Serviço de Turismo; Divisão de Bibliotecas e Arquivo; Serviços Educativos; Serviço de Programação Cultural. -----

Vereador José Pedro dos Santos Ferreira Machado: -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

7

Áreas: Coesão Social; Fiscalização; Serviços Urbanos e Mercado Municipal; Feira Municipal e Cemitérios Municipais; Saúde e Bem-estar; Relações Internacionais; Gestão do Parque Habitacional Municipal; Contraordenações e Execuções Fiscais; Movimento associativo nas áreas sociais. -----
Integram e reportam a estas áreas de gestão municipal as seguintes unidades orgânicas, publicitadas pelo mesmo por Despacho 3650/2019: Divisão de Ação Social; Serviço de Apoio ao Consumidor; Serviço de Rede Social; Serviço de Apoio à Família; Serviço de Fiscalização; Serviços Urbanos; Serviço de Promoção da Saúde e Bem-estar; Serviço de Contraordenações e Eleições (Eleições reporta ao vereador e vice-presidente, Nuno Miguel Linhares da Silva). -----

Vereador Tiago João Machado Araújo: -----

Áreas: Proteção Civil, da Floresta e Bombeiros; Proteção da Vida Animal; Policia Municipal; Mobilidade e Gestão da Via Pública; Transportes Públicos; Movimento associativo nas áreas da vida animal e das florestas; Gestão dos equipamentos relativos ao Bem-estar animal. -----
Integram e reportam a estas áreas de gestão municipal as seguintes unidades orgânicas, publicitadas pelo dito Despacho n.º 3650/2019: Serviço de Policia Municipal; Serviço Municipal de Proteção Civil; Serviços Veterinários Municipais; Divisão de Mobilidade e Transportes. -----

Vereadora Sara Isabel Fonseca Moreira: -----

Áreas: Desporto e Lazer; Gestão dos Equipamentos Desportivos Municipais; Juventude e Voluntariado; Orçamento Participativo Jovem; Movimento associativo nas áreas do desporto, da juventude e do escutismo. -----
Integram e reportam a estas áreas de gestão municipal as seguintes unidades orgânicas, publicitadas pelo mesmo Despacho n.º 3650/2019: Divisão de Desporto; Serviço de Juventude e Voluntariado. -----

DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS VEREADORES -----

Considerando as disposições legais acima referidas, e a necessidade de conferir segurança e certeza jurídica aos atos e diligências praticados pelos

vereadores, tornando-se, para o efeito, necessária a prática do ato de delegação de competências, pelo presente despacho delego e subdelego competências nos vereadores a seguir identificados, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, se a lei e os regulamentos referidos neste despacho assim o permitirem, conforme se passa a enunciar: -----

- Vereador, e vice-presidente da câmara municipal, **Nuno Miguel Linhares da Silva**: -----

A. Competências subdelegadas: -----

1. Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
2. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar; --
3. Colaborar no apoio a outros programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
4. Promover o desenvolvimento de outras atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo das competências indelegáveis da câmara municipal previstas nas alíneas do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei 75/2013, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal; -----
5. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
6. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
7. Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as atividades que lhe compete coordenar; -----
8. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
9. Decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município; -----
10. Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

9

11. Decidir alienar bens móveis do município, quando estes se tornem desnecessários para o desenvolvimento das diversas atividades municipais, nos termos legalmente previstos, designadamente o previsto no Título VI-A do Código dos Contratos Públicos, cabendo-lhe as competências previstas no n.º 2 do artigo 266.º-B do referido Código, e fixar a base de licitação; -----
12. Praticar os atos necessários à administração dos bens do domínio público municipal; -----
13. Em matéria de contratação pública, e ao abrigo das disposições legais acima referidas, e ainda das disposições conjugadas do artigo 29.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho e artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, e ainda nos termos da aludida deliberação da câmara municipal, praticar os atos a seguir referidos, cuja estimativa / preço base / preço contratual do valor global do respetivo contrato seja superior a 149.639,37 € (30.0000 contos) e inferior ou igual a 748.196,85 € (150.000 contos), relativamente a contratos de locação, aquisição de bens móveis e serviços, incluindo contratos de tarefa e avença: -----
- a) Autorizar as despesas inerentes aos contratos a celebrar; -----
 - b) Tomar a decisão de contratar prevista no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos; -----
 - c) Aprovar as peças dos procedimentos de formação dos contratos; -----
 - d) Decidir sobre a escolha do procedimento de formação de contratos; -----
 - e) Designar o júri do procedimento, nos termos previstos no artigo 67.º do mesmo Código, e designar peritos ou consultores para o apoiarem, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 68.º; -----
 - f) Delegar competências no júri do procedimento, de harmonia com o legalmente previsto; -----
 - g) Proceder, oficiosamente, à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, prestação de esclarecimentos e alteração das peças procedimentais; -----
 - h) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados; -----
 - i) Pronunciar-se sobre os erros e as omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados; -----
 - j) Decidir prorrogações do prazo fixado para apresentação das propostas, de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

10

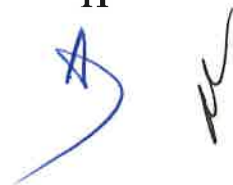
- harmonia com o previsto no n.º 5 do artigo 64.º e nos termos legalmente previstos; -----
- k) Decidir sobre a classificação de documentos, nos termos previstos no artigo 66.º, e promover a respetiva desclassificação, nos termos da mesma norma legal; -----
- l) Tomar a decisão de adjudicação prevista no artigo 73.º, ou tomar a decisão de não adjudicação, nos termos legalmente previstos; -----
- m) Proceder às notificações previstas no artigo 77.º do CCP; -----
- n) Solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do convite ou do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas, de harmonia com o previsto no n.º 8 do artigo 81.º; -----
- o) Tomar a decisão de considerar que o preço ou o custo de uma proposta é anormalmente baixo e a consequente exclusão com essa justificação, nos termos legalmente previstos; -----
- p) Aprovar as minutas dos respetivos contratos, de harmonia com o previsto no artigo 98.º do CCP; -----
- q) Decidir as reclamações apresentadas sobre as minutas dos contratos, tudo nos termos dos artigos 102.º e seguintes do referido Código; -----
- r) Dispensar a redução do contrato a escrito, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 95.º; -----
- s) Prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades, nos termos previstos no artigo 92.º; -----
- t) A competência para propor ajustamentos ao contrato, de harmonia com o previsto no artigo 99.º do mesmo Código; -----
- u) Declarar a caducidade da adjudicação, nos termos previstos nos artigos 86.º, 87.º, 87.º-A, 91.º, 93.º e 105.º e adjudicar a proposta ordenada em segundo lugar, nos casos legalmente previstos; -----
- v) Designar o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, de harmonia com o previsto no artigo 290.º-A do CCP, e delegar no mesmo poderes para a adoção de medidas corretivas que se revelem adequadas, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

11



14. Praticar os atos a seguir referidos, no âmbito da execução dos contratos plenamente eficazes, relativamente aos contratos de locação, aquisição de bens móveis e serviços, incluindo contratos de tarefa e avença, cujo valor caiba originariamente na competência da câmara para autorizar a despesa: --

- a) Autorizar a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP; -----
- b) Considerar perdida a favor do município a caução prestada pelo adjudicatário, nos casos e termos legalmente previstos; -----
- c) Promover a liberação da caução, nos termos legalmente previstos; -----
- d) Efetuar adiantamentos de preço por conta das prestações a realizar, nas condições previstas nos números 1 e 2 do artigo 292.º do mesmo Código; ----
- e) Autorizar o pagamento de adiantamentos de preço, em casos excecionais, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo 292.º; -----
- f) Exercer os poderes do contraente público previstos no artigo 302.º do mesmo Código, nos termos legalmente previstos, com exceção dos poderes de modificação, resolução ou revogação do contrato quando o respetivo valor for igual ou superior a 748.196,85 € (150.000 contos), casos em que a competência para a prática dos respetivos atos administrativos cabe à câmara municipal; -----
- g) Ordenar ou autorizar a suspensão da execução dos trabalhos/serviços, nos termos legalmente previstos; -----
- h) Ordenar ao adjudicatário que deixe de executar quaisquer trabalhos/serviços previstos no contrato, nos termos legalmente previstos; ----
- i) Ordenar a execução de serviços complementares ou outras modificações aos contratos, nas condições legalmente previstas, de harmonia com o estipulado no artigo 454.º do CCP. -----
- j) A competência para tomar todas as demais decisões do contraente público previstas no referido Código no decurso da execução dos contratos de locação, aquisição de bens móveis e serviços, incluindo contratos de tarefa e avença. -----

15. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental, necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou delegado, no âmbito dos seus pelouros. -----

B. Competências delegadas: -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12

1. Representar a câmara municipal nas sessões da assembleia municipal, em caso de ausência ou justo impedimento do presidente da câmara, sem prejuízo da faculdade de ser acompanhado por outros membros da câmara municipal; -----
2. Assegurar a execução das deliberações da câmara municipal, quando as mesmas digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
3. Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, nas áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
4. Assegurar a resposta, em tempo útil, e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados pelo referido órgão deliberativo e que digam respeito a assuntos das áreas cuja coordenação lhe está cometida; -----
5. Assinar ou visar a correspondência do município com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; ---
6. Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
7. Providenciar pela elaboração e atualização do cadastro dos bens móveis e imóveis do município; -----
8. Autorizar a utilização de bens imóveis do domínio público do município (ocupação de espaço público), nos termos previstos no Decreto-Lei 280/2007, de 7 de agosto; -----
9. Submeter a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, com exceção da norma de controlo interno, no que à assembleia municipal diz respeito; -----
10. Autorizar o pagamento de despesas realizadas nas condições legais, incluindo a movimentação de quaisquer contas bancárias do município de Santo Tirso, designadamente, através da assinatura de cheques bancários ou



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13

autorização de transferências bancárias, sem prejuízo do uso que da mesma competência entenda dever fazer o presidente da câmara, tudo conforme o meu despacho de 21 de outubro de 2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 3 do corrente mês de novembro (Edital 1222/2021); -----

11. Comunicar, no prazo legal, às entidades competentes para a respetiva cobrança, o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, assim como, quando for o caso, a deliberação sobre lançamento de derramas; -----

12. Comunicar, quando for o caso, o percentual fixado da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), às empresas sujeitas à referida taxa, bem como, dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 4º do Regulamento n.º 38/2004, de 29 de setembro; -----

13. Comunicar, quando for o caso, no prazo legal, as deliberações da assembleia municipal sobre a participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial; -----

14. Aquando da elaboração dos instrumentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento), discutir e preparar com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências, acordos de execução e outras formas de apoio às freguesias, a incluir no PPI ou noutros elementos integrantes dos instrumentos previsionais; -----

15. Autorizar pedidos de reembolso e de anulação de dívidas; -----

16. Requerer junto do Serviço de Finanças competente, segundas avaliações de prédios municipais e de prédios urbanos, nos termos legalmente previstos;

17. Colaborar com a administração fiscal no cumprimento do disposto no CIMI, nomeadamente, enviar à Autoridade Tributária e Aduaneira as plantas dos aglomerados urbanos à escala disponível donde conste a toponímia e outros dados considerados pertinentes para uma eficaz fiscalização das normas previstas naquele Código; -----

18. Tomar as medidas adequadas à boa gestão das competências dos municípios previstas no artigo 112.º do CIMI, bem como, para a emissão dos necessários pareceres no âmbito da definição do zonamento e dos coeficientes de localização, para efeitos de aplicação daquele Código; -----

19. Autorizar o fornecimento/aquisição de bens ou serviços, cabendo nesta competência a autorização da respetiva despesa, a aprovação dos respetivos



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14

programas de procedimento e caderno de encargo, e a consequente decisão de adjudicação, até ao limite da minha competência própria (149 639,00€); ---

20. A competência para autorizar requisições internas, quer relativamente a pedidos de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, quer noutras áreas de gestão municipal, sendo que, neste último caso, os pedidos (requisições internas) devem ser objeto de prévio despacho do vereador com superintendência na respetiva área de gestão; -----

21. Outorgar contratos em representação do município, conferindo-lhe poderes para outorgar contratos de empreitada de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens moveis, aquisição de serviços e outros contratos administrativos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos, bem como quaisquer outros contratos ou protocolos em que seja parte o município, independentemente de qualquer meu impedimento ou falta, conforme o meu despacho de 13 de outubro de 2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 22 de outubro (Edital 1163/2021); -----

22. Representar o Município de Santo Tirso em todos os autos de posse administrativa de prédios ou parte de prédios relativamente aos quais tenha sido declarada utilidade pública da expropriação e concedida autorização para a posse administrativa, também conforme o referido despacho de 13 de outubro de 2021; -----

23. Praticar os atos referidos nas diversas alíneas do n.º 13 da alínea A) supra, nas situações em que a respetiva estimativa / preço base / preço contratual/valor da adjudicação caiba no limite da minha competência própria (até 149.639,37 € (30.0000 contos)); -----

24. Praticar os atos referidos nas diversas alíneas do n.º 14 da mesma alínea A), nas situações em que a respetiva estimativa / preço base / preço contratual/valor da adjudicação caiba no limite da minha competência própria (até 149 639,37 € (30 000 contos)); -----

25. Praticar os atos necessários à administração corrente das viaturas municipais, nomeadamente autorizar pedidos de cedência dessas viaturas, bem como, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

15

Utilização de Viaturas Municipais praticar os atos cuja competência está atribuída, no referido regulamento, ao presidente da câmara municipal; -----

26. As competências abaixo referidas, no domínio da gestão e direção de recursos humanos afetos aos serviços municipais, relativamente aos trabalhadores afetos às diversas unidades orgânicas, sem prejuízo das delegações de competências nas mesmas matérias, no pessoal dirigente, conforme o meu despacho de 18 de outubro de 2021: -----

a) A competência para aprovar o mapa de férias, nos termos previstos no artigo 241.º do Código do Trabalho, aplicável ao vínculo de emprego público, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 122.º e n.º 1 do artigo 126.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; -----

b) A competência para decidir alterações ao período de férias, nos termos previstos nos artigos 243.º e 244.º do referido Código do Trabalho; -----

c) A competência para autorizar acumulação de férias, nos termos previstos no artigo 240.º do Código do Trabalho; -----

d) A competência para autorizar o exercício de outra atividade durante as férias, nos termos do artigo 131.º da LTFP; -----

e) A competência para justificar ou injustificar faltas, nos termos legalmente previstos; -----

f) A competência para autorizar licenças sem remuneração, nos termos previstos nos artigos 280.º e seguintes da LTFP; -----

g) A competência para autorizar a prestação de trabalho suplementar, bem como a competência para autorizar o respetivo pagamento, até aos limites legalmente previstos, de harmonia com o estipulado nos artigos 120.º e 162.º da LTFP; -----

h) A competência para autorizar as deslocações dos trabalhadores por motivos de serviço público, bem como para autorizar o correspondente pagamento de ajudas de custo e subsídio de transporte, nos termos previstos no Decreto-Lei 106/98, de 24 de abril, com as alterações subsequentes, e demais normas legais aplicáveis; -----

i) A competência para homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores, nos casos em que o delegado não tenha sido o notador; -----

j) Decidir em matéria de organização e horário de trabalho; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

16

k) Assinar contratos de trabalho em funções públicas, bem como contratos de tarefa e avença; -----

l) Homologar a avaliação do período experimental; -----

m) Praticar os atos relativos à aposentação dos trabalhadores; -----

n) Praticar os atos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os relativos a acidentes em serviço e acidentes de trabalho; -----

o) Decidir em todos os demais assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos, nomeadamente a competência para tomar as decisões que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas comete ao empregador público, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º da referida Lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

p) A competência para executar as deliberações da câmara municipal que digam respeito a matérias do domínio da gestão e direção de recursos humanos; -----

q) Assinar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos, relativamente a matérias incluídas neste domínio. -----

As competências agora delegadas em matéria de recursos humanos, não prejudica o meu despacho de 18 de outubro de 2021 que delegou algumas competências nos chefes de divisão e chefes de serviço, no domínio da gestão e direção de recursos humanos, sendo que as idênticas competências agora delegadas no vereador dizem respeito aos pedidos de titulares de cargos de chefia de unidades orgânicas e demais trabalhadores diretamente dependentes da presidência.-----

27. O exercício das competências que me estão cometidas pela Lei Eleitoral para a Assembleia da República (Lei 14/79, de 16 de maio, e subsequentes alterações), pela Lei Eleitoral do Presidente da República (Decreto-Lei 319-A/76, de 3 de maio, e subsequentes alterações), e pela Lei Eleitoral para as Autarquias Locais (Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, com as subsequentes alterações) bem como por outras leis que regulamentem atos eleitorais e prevejam atos que impliquem a intervenção do presidente da câmara municipal, nomeadamente, as competências para: -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

17

- a) Assinar e mandar afixar à porta da câmara municipal as listas definitivamente admitidas; -----
- b) Fixar os desdobramentos das assembleias de voto, nos termos legalmente previstos, comunicando os mesmos às juntas de freguesia e afixar os editais com os mapas definitivos das assembleias e secções de voto; -----
- c) Determinar os locais de funcionamento das assembleias de voto; -----
- d) Anunciar, por editais e nos demais termos legais, os locais em que se reúnem as assembleias de voto e os desdobramentos destas se a eles houver lugar; -----
- e) Assinar e autenticar as credenciais dos delegados das listas e suplentes para as respetivas assembleias e secções de voto; -----
- f) Presidir ao sorteio previsto no n.º 2 do artigo 47.º da Lei 14/79 e nomear, nos termos legalmente previstos, os membros das mesas cujos lugares fiquem eventualmente por preencher; -----
- g) Decidir eventuais reclamações relativas à escolha dos membros das mesas e demais competências previstas no n.º 5 do mesmo artigo 47.º; -----
- h) Lavrar o alvará de nomeação dos membros das mesas das assembleias eleitorais e participar as nomeações às juntas de freguesia competentes; -----
- i) Proceder à substituição dos membros das mesas, nos termos previstos no n.º 7 do referido artigo 47.º; -----
- j) Entregar os elementos de trabalho ao presidente da assembleia ou secção de voto, conforme previsto no artigo 52.º da dita Lei 14/79; -----
- k) Proceder à prática de todos os atos necessários ao exercício do voto antecipado nos termos legalmente previstos; -----
- l) Praticar quaisquer outros atos administrativos, ou instrumentais, necessários à eleição para os deputados à Assembleia da República ou eleição do Presidente da República, eleição de membros para os órgãos das autarquias locais, ou outros, e que sejam da competência do presidente da câmara municipal. -----
28. Exercer as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal no Regulamento da “Fábrica de Santo Thyrsó”, ao abrigo do disposto no artigo 26.º do referido regulamento; -----
29. A competência para reconhecer a existência de isenção do pagamento de taxas, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

18

Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

30. A competência para decidir os pedidos de isenção e redução de taxas, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15.º do mesmo Regulamento e nas situações referidas na alínea anterior; -----

31. A competência, nas respetivas áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artigo 18.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

32. A competência para a prática de quaisquer outros atos sobre matérias incluídas nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, salvo as que forem da competência própria da câmara municipal e não tiverem sido subdelegadas. -----

Delegação de competências na vereadora Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares -----

A. Competências subdelegadas: -----

1. Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar; -----

2. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar; --

3. Colaborar no apoio a outros programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

4. Promover o desenvolvimento de outras atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo das competências indelegáveis da câmara municipal previstas nas alíneas no n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei 75/2013, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal; -----

5. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

19

6. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
7. Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as atividades que lhe compete coordenar; -----
8. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
9. Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, sem prejuízo da competência da câmara municipal para a aprovação do plano de transportes escolares, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação; -----
10. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental, necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou delegado, no âmbito dos seus pelouros. -----

B. Competências delegadas: -----

1. Assegurar a execução das deliberações da câmara municipal, quando as mesmas disserem respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
2. Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, nas áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
3. Assegurar a resposta, em tempo útil, e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados pelo referido órgão deliberativo e que digam respeito a assuntos das áreas cuja coordenação lhe está cometida; -----
4. Assinar ou visar a correspondência do município com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; ---
5. Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
6. As competências para reconhecer e decidir, sobre os pedidos de isenção e redução do pagamento de taxas, nas situações previstas nos números 1 e 2



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

20

do artigo 15.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

7. A competência, nas respetivas as áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artigo 18º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

8. A competência para autorizar a prestação de trabalho suplementar e deslocações dos trabalhadores por motivos de serviço público, relativamente àqueles afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação; -----

9. A competência para autorizar a utilização dos equipamentos afetos às suas áreas de gestão, designadamente o Parque Escolar Municipal, por entidades públicas ou privadas, bem como, fixar as respetivas condições de utilização, em cumprimento com a regulamentação e legislação em vigor, salvo se a utilização consubstanciar uma forma de apoio às entidades beneficiárias, situação em que a autorização é da competência, indelegável, da câmara municipal;-----

10. Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação, da responsabilidade do município; -----

11. As competências relacionadas com a elaboração e revisão da Carta Educativa, bem como à adoção das providências necessárias para o bom funcionamento do Conselho Municipal da Educação; -----

12. A competência para tomar todas as decisões que, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeus, de 27 de abril de 2016, publicado no JOUE no dia 04 de maio do mesmo ano), competem à entidade responsável pelo seu tratamento, ou seja, o município, salvo naquelas situações em que a Lei 58/2019, de 08 de agosto, cometa a respetiva competência à câmara municipal; -----

13. Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 36.º, n.º 2, e 38.º, n.º 4 ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para representar o município de Santo Tirso na comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências regulado no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de junho, bem como para presidir à mesma



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

21

comissão, tudo conforme o meu despacho de 8 de agosto de 2019, que mantenho; -----

14. Assegurar a manutenção e atualização de um sistema que assegure o direito à informação dos interessados sobre a elaboração, aprovação, acompanhamento, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial; -----

15. Apresentar à câmara municipal as propostas de elaboração, alteração, revisão, de planos municipais de ordenamento do território, nos termos do Decreto – Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial); -----

16. Assegurar, no âmbito da intervenção do município, a coordenação entre as diversas políticas com incidência territorial e a política municipal de ordenamento do território; -----

17. Assegurar a gestão da informação georreferenciada do município, coordenando a sua disponibilização e fornecimento externo; -----

18. Assegurar a prática dos atos necessários ao estabelecimento/revisão de medidas de modernização administrativa, designadamente sobre acolhimento e atendimento dos cidadãos em geral, bem como a prática dos atos necessários para a transição digital da governação municipal, de harmonia com a legislação em vigor; -----

19. Assegurar a prática dos atos de gestão necessários no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade; -----

20. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento do Plano Diretor Municipal; -----

21. A competência para reconhecer a existência de isenção do pagamento de taxas, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

22. A competência para decidir os pedidos de isenção e redução de taxas, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15.º do mesmo Regulamento e nas situações referidas na alínea anterior; -----

23. A competência para a prática de quaisquer outros atos sobre matérias incluídas nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, salvo as

que forem da competência própria da câmara municipal e não tiverem sido subdelegadas. -----

Delegação de competências na vereadora Ana Maria Moreira Ferreira ----

A. Competências subdelegadas: -----

1. Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
2. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar; --
3. Colaborar no apoio a outros programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
4. Promover o desenvolvimento de outras atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo das competências indelegáveis da câmara municipal previstas nas alíneas do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei 75/2013, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal; -----
5. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
6. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
7. Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as atividades que lhe compete coordenar; -----
8. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
9. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental, necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou delegado, no âmbito dos seus pelouros. -----
10. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Tirso, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto no artigo 26.º do referido Regulamento; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

23

11. A competência para permitir a prática de eventos desportivos, culturais ou outros, nomeadamente feiras, festivais musicais e gastronómicos na área do Parque do Ribeiro do Matadouro, bem como para decidir sobre os casos omissos relativos à gestão do referido Parque, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto no artigo 13.º do respetivo Regulamento; -----

12. A competência para permitir a prática de eventos desportivos, culturais ou outros, nomeadamente feiras, festivais musicais e gastronómicos na área do Parque Municipal de Geão, bem como para decidir sobre os casos omissos relativos à gestão do referido Parque, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto no artigo 13.º do respetivo Regulamento; -----

13. A competência para determinar o período de funcionamento da praia urbana, bem como para permitir a prática de eventos desportivos, culturais ou outros, nomeadamente feiras, festivais musicais e gastronómicos na área do Parque Urbano Sara Moreira, bem como para decidir sobre os casos omissos relativos à gestão do referido Parque, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto no artigo 16.º do respetivo Regulamento; -----

14. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento das Feiras Urbanas de Artesanato, Colecionismo e Antiguidades, com exceção da competência prevista no n.º 2 do artigo 10.º, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 28 de junho de 2012, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto no artigo 21.º do referido Regulamento, com exceção das competências relativas a contraordenações, (que foi delegada no vereador José Pedro Machado).-----

15. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental, necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou delegado, no âmbito dos seus pelouros. -----

B. Competências delegadas: -----

1. Assegurar a execução das deliberações da câmara municipal, quando as mesmas disserem respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----

2. Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, nas áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

24

3. Assegurar a resposta, em tempo útil, e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados pelo referido órgão deliberativo e que digam respeito a assuntos das áreas cuja coordenação lhe está cometida; -----
4. Assinar ou visar a correspondência do município com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; ---
5. Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
6. Assegurar a elaboração e aplicação de medidas destinadas a atingir os valores legalmente previstos, relativamente à qualidade do ar, em cumprimento com a legislação em vigor, no que concerne à matéria em questão; -----
7. Promover as medidas de carácter administrativo e técnico adequadas à prevenção e controlo da poluição sonora, nomeadamente, a elaboração de mapas de ruído, planos municipais de redução do ruído e relatórios sobre o estado do ambiente acústico municipal, com observância das competências da câmara e assembleia municipal, previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com as sucessivas atualizações; -----
8. Decidir sobre reclamações relativas a resíduos sólidos urbanos e a drenagem de águas residuais (saneamento); -----
9. Decidir sobre pedidos de fornecimento e reavaliação de contentores para recolha de resíduos sólidos urbanos; -----
10. Decidir sobre pedidos de recolha de resíduos verdes e monstros; -----
11. Decidir sobre matérias constantes do regime geral de gestão de resíduos, nos termos da legislação em vigor. -----
12. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos; -----
13. Comunicar à autoridade administrativa competente, nos termos da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto (Lei-quadro das contraordenações ambientais), as infrações ao Regulamento do Serviço Público Municipal de Abastecimento de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

25

Água que constituam contraordenação ambiental, ou outros factos que, de igual modo, estejam tipificados legal ou regulamentarmente como contraordenações ambientais; -----

14. Decidir no que respeita às matérias previstas no regime jurídico da conservação da natureza e biodiversidade, conforme legislação em vigor e na sua atual redação. -----

15. A competência para autorizar a utilização dos equipamentos afetos às suas áreas de gestão, designadamente os Equipamentos Culturais Municipais, por entidades públicas ou privadas, bem como, fixar as respetivas condições de utilização, em cumprimento com a regulamentação e legislação em vigor, salvo se a utilização consubstanciar uma forma de apoio às entidades beneficiárias, situação em que a autorização é da competência, indelegável, da câmara municipal;-----

16. A competência para a prática de atos de gestão relativamente aos Equipamentos Culturais Municipais; -----

17. A competência para a prática dos atos que o Regulamento do Centro Cultural de Vila das Aves comete ao presidente da câmara municipal; -----

18. A competência para a emissão de licença relativa à realização de acampamentos ocasionais, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento para o Licenciamento de Atividades de Acampamentos Ocasionalmente e Autocaravanismo, em conjugação com o disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da aludida Lei 75/2013, e n.º 2 do artigo 36.º do mesmo diploma legal. -----

19. A competência para autorizar a prestação de trabalho extraordinário e deslocações dos trabalhadores por motivos de serviço público, relativamente àqueles afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação. -----

20. A competência para reconhecer a existência de isenção do pagamento de taxas, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

21. A competência para decidir os pedidos de isenção e redução de taxas, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15.º do mesmo Regulamento e nas situações referidas na alínea anterior; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

26

22. A competência, nas respetivas as áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artigo 18.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

23. A competência para a prática de quaisquer outros atos sobre matérias incluídas nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, salvo as que forem da competência própria da câmara municipal e não tiverem sido subdelegadas. -----

Delegação de competências no vereador José Pedro dos Santos Ferreira Machado -----

A. Competências subdelegadas: -----

1. Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar; -----

2. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar; --

3. Colaborar no apoio a outros programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

4. Promover o desenvolvimento de outras atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo das competências indelegáveis da câmara municipal previstas nas alíneas no n.º 1 do artigo 33º da referida Lei 75/2013;

5. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar; -----

6. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

7. Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as atividades que lhe compete coordenar; -----

8. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

9. Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

27

administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; -----

10. Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura; -----

11. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental, necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou delegado, no âmbito dos seus pelouros. -----

B. Competências delegadas: -----

1. Assegurar a execução das deliberações da câmara municipal, quando as mesmas disserem respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----

2. Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, nas áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----

3. Assegurar a resposta, em tempo útil, e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados pelo referido órgão deliberativo e que digam respeito a assuntos das áreas cuja coordenação lhe está cometida; -----

4. Assinar ou visar a correspondência do município com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; ---

5. Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----

6. Encetar e promover conversações, propor e concretizar protocolos de geminação com outros municípios; -----

7. As competências para reconhecer e decidir, sobre os pedidos de isenção e redução do pagamento de taxas, nas situações previstas nos números 1 e 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

28

Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----

8. A competência, nas respetivas as áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artigo 18.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

9. Assegurar, no geral, a atividade fiscalizadora cometida ao município, abrangendo todas as competências que lhe são conferidas em matéria de fiscalização e que não seja excecionada a respetiva delegação, designadamente as áreas de fiscalização cuja competência está cometida ao Serviço de Fiscalização; -----

10. Assegurar a fiscalização das operações urbanísticas independentemente da sua sujeição a prévio licenciamento, admissão de comunicação prévia, autorização de utilização ou isenção de controlo prévio, bem como a realização de todas as diligências legalmente previstas, nos termos do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro; -----

11. Determinar a instauração e instrução dos processos de contraordenação e aplicar as respetivas coimas, relativamente a todos os factos puníveis, legal ou regulamentarmente, como contraordenação, cujo processamento e a aplicação das respetivas coimas e das sanções acessórias seja da competência do presidente da câmara municipal, conforme o meu despacho de 25 de outubro de 2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 5 de novembro de 2021 (Edital n.º 1254/2021), -----

12. Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas; -----

13. Remeter à Direção-Geral das Atividades Económicas, nos termos legalmente previstos, a relação dos feirantes a operar nos recintos destinados à realização de feiras; -----

14. Praticar todos os atos da competência dos municípios previstos no Regulamento de Funcionamento do Programa Metropolitano de Emergência Social; -----

15. Assegurar as medidas necessárias com vista à defesa da saúde pública, nomeadamente através da superintendência das competências do médico veterinário municipal, previstas no Decreto – Lei n.º 116/98, de 5 de maio



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

29

(com exceção das medidas relativas à saúde e bem-estar animal, cuja competência cabe ao vereador Tiago Araújo); -----

16. Assegurar a prática dos atos necessários ao bom funcionamento do Centro de Informação Autárquica ao Consumidor (CIAC), no âmbito das atribuições do município para a defesa do consumidor, de modo a prosseguir uma política de informação e aconselhamento em questões de consumo e, assegurar uma intervenção de mediação na resolução de conflitos; -----

17. A competência para autorizar a prestação de trabalho suplementar e deslocações dos trabalhadores por motivos de serviço público, relativamente àqueles afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação; -----

18. Exercer todas as competências da área da Coesão Social previstas na lei;

19. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento de funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 30 de junho de 2017, designadamente: -----

19.1. Decidir o dia de realização da feira semanal, de harmonia com o previsto nos números 2 e 3 do artigo 9.º do referido regulamento; -----

19.2. Determinar a realização de sorteio para a atribuição de espaços de venda, bem como nomear os membros da comissão prevista no n.º 5 do artigo 16.º do mesmo regulamento; -----

19.3. Homologar a decisão tomada pela referida comissão, na sequência do sorteio, de atribuição dos espaços de venda; -----

19.4. Proceder à atribuição direta de espaços de venda, de harmonia com o previsto no artigo 18.º do referido regulamento; -----

19.5. Declarar a caducidade do direito de ocupação dos espaços de venda, nos casos previstos no artigo 20.º do mesmo regulamento, e nos termos previstos no artigo 21.º; -----

19.6. Autorizar a restituição aos interessados das quantias já pagas, em caso de desistência de ocupação de espaço de venda, nos casos devidamente justificados; -----

19.7. Decidir as reclamações apresentadas pelos feirantes relativas à organização, disciplina e funcionamento da feira; -----

19.8. Decidir todas as dúvidas e omissões que surjam na aplicação e interpretação das normas do referido regulamento. -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

30

20. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social do Município, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 27 de fevereiro de 2014, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 3, e 10.º do referido Regulamento; -----
21. A competência para decidir sobre os pedidos de tratamentos termais gratuitos, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 7.º das respetivas Normas; -----
22. A competência para praticar os atos da competência do presidente da câmara previstos no Regulamento do Arrendamento Apoiado e da Gestão das Habitações Municipais, aprovado pela assembleia municipal em 30 de setembro de 2019, de harmonia com o previsto no artigo 54.º do mesmo regulamento; -----
23. A competência para a prática dos atos previstos no Regulamento do Subsídio ao Arrendamento do município de Santo Tirso, designadamente, a decisão sobre a concessão de subsídio ao arrendamento, a decisão sobre a cessação do subsídio, de harmonia com o previsto no respetivo regulamento, a decisão sobre a atribuição de subsídio com comparticipação majorada, bem como a competência para decidir os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação do referido regulamento;-----
24. A competência para a prática dos atos previstos no Regulamento Municipal para atribuição de apoios no âmbito da habitação para pequenas reparações e obras de recuperação, designadamente, a prática da decisão final sobre os apoios a conceder, bem como a competência para decidir os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação do referido regulamento; -----
25. A competência para decidir sobre a proposta de realojamento dos requerentes de residência partilhada, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Regulamento Municipal para Gestão de Residências Partilhadas, aprovado pela assembleia municipal em 30 de setembro de 2019, bem como a competência para decidir os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação do referido regulamento; -----
26. A competência para a prática dos atos previstos no Regulamento Municipal para atribuição de comparticipações no âmbito da saúde oral e

- saúde visual, aprovado pela assembleia municipal em 21 de novembro de 2019, designadamente a competência para decidir sobre os pedidos de comparticipação, bem como a competência para decidir os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação do referido regulamento; --
27. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento dos Cemitérios Municipais de Santo Tirso e S. Bartolomeu do Fontiscos; -----
28. A competência para autorizar a utilização dos equipamentos afetos às suas áreas de gestão, por entidades públicas ou privadas, bem como, fixar as respetivas condições de utilização, em cumprimento com a regulamentação e legislação em vigor, salvo se a utilização consubstanciar uma forma de apoio às entidades beneficiárias, situação em que a autorização é da competência, indelegável, da câmara municipal; -----
29. A competência para a prática de quaisquer outros atos sobre matérias incluídas nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, salvo as que forem da competência própria da câmara municipal e não tiverem sido subdelegadas. -----

Delegação de competências no vereador da câmara municipal, Tiago João Machado Araújo -----

A. Competências subdelegadas: -----

1. Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
2. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar; --
3. Colaborar no apoio a outros programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
4. Promover o desenvolvimento de outras atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo das competências indelegáveis da câmara municipal previstas nas alíneas no n.º 1 do artigo 33º da referida Lei 75/2013;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

32

5. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
6. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
7. Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as atividades que lhe compete coordenar; -----
8. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
9. Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, designadamente o previsto no artigo 13º do Decreto-Lei 251/98, de 11 de agosto (Regime de Acesso à Atividade e ao Mercado de Transportes em Táxi) e praticar os demais atos cuja competência é atribuída ao presidente da câmara pelo Regulamento de Transportes de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 25 de junho de 2003; -----
10. Determinar a captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável, designadamente o previsto no Decreto-Lei 314/2003, de 17 de dezembro; -----
11. Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, nos termos da legislação aplicável, designadamente o previsto no Decreto-Lei 315/2009, de 29 de outubro; -----
12. Decidir no que concerne ao regime jurídico de proteção de animais de companhia e regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, com as alterações subsequentes; -----
13. Decidir no que concerne à proteção de animais, nos termos da legislação em vigor. -----
14. Gerir instalações, equipamentos e serviços relativos a redes de circulação e de transportes, nomeadamente sinalização e outros equipamentos de trânsito e do mobiliário urbano relativo a sinalização direcional, inibidores de estacionamento e abrigos de passageiros; -----
15. Decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

33

16. Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia; -----
17. Estabelecer as regras de numeração dos edifícios; -----
18. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental, necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou delegado, no âmbito dos seus pelouros. -----

B. Competências delegadas: -----

1. Assegurar a execução das deliberações da câmara municipal, quando as mesmas disserem respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
2. Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, nas áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
3. Assegurar a resposta, em tempo útil, e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados pelo referido órgão deliberativo e que digam respeito a assuntos das áreas cuja coordenação lhe está cometida; -----
4. Assinar ou visar a correspondência do município com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; ---
5. Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
6. As competências para reconhecer e decidir, sobre os pedidos de isenção e redução do pagamento de taxas, nas situações previstas nos números 1 e 2 do artigo 15.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
7. A competência, nas respetivas as áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artigo 18.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

34

8. Apresentar à câmara municipal propostas de celebração de Protocolos com a Administração Central que tenham por objeto a desclassificação de vias incluídas na rede nacional e a sua integração na rede municipal; -----
9. Dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe; -----
10. As seguintes competências previstas no Decreto – Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios: -----
 - 10.1 A competência prevista no n.º 4 do artigo 15º, do referido diploma legal, para notificar as entidades referidas nos n.ºs 1 e 2 do mesmo artigo, bem como, tomar a decisão de realização dos trabalhos de gestão de combustível e exercer a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada, de acordo com o previsto no n.º 5; -----
 - 10.2 Tomar a decisão prevista no n.º 12 do artigo 15º, do referido diploma legal, de realização dos trabalhos da responsabilidade dos proprietários e demais entidades identificadas no diploma; -----
 - 10.3 Tomar a decisão de realizar os trabalhos de gestão de combustível previstos no n.º 13 do artigo 15º, do referido diploma legal; -----
 - 10.4 A competência para notificar os proprietários ou as entidades responsáveis pela realização dos trabalhos de gestão de combustível, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 21º, do referido diploma legal, e para dar conhecimento do facto à GNR; -----
 - 10.5 A competência para decidir a execução dos trabalhos, por conta das entidades faltosas, de harmonia com o previsto no n.º 4 do artigo 21º, do mesmo diploma legal; -----
 - 10.6 Assegurar a garantia da informação das zonas críticas, de harmonia com o previsto no artigo 24º, do mesmo diploma legal; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

35

10.7 A competência para o licenciamento da realização de queimadas, definidas na alínea hh), do n.º 1 do artigo 3º, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 27º, do referido diploma legal; -----

10.8 A competência prevista no n.º 2 do artigo 29º, para emissão de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos; -----

10.9 A competência para notificar os proprietários de árvores para que estes procedam à sua remoção, na eventualidade do município ser detentor de postos de vigia, de harmonia com o previsto no n.º 5 do artigo 32º, do referido diploma legal; -----

10.10 A competência para tomar a decisão de substituição do proprietário das árvores, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 32º, do referido diploma legal; -----

10.11 A competência para a prática dos atos que se mostrem necessários para assegurar a fiscalização do estabelecido no referido Decreto – Lei, em coordenação com as demais entidades de fiscalização legalmente previstas; -

11. Dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competências no domínio da proteção civil, o Serviço Municipal de Proteção Civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos e, a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência na eminência ou ocorrência de acidente graves ou catástrofe, tendo em consideração os objetivos, princípios e demais normas de atuação previstos na Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 03 de junho, com as alterações da Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto) e na lei de enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil de âmbito municipal (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo DL n.º 114/2011, de 30 de novembro), competindo-lhe, nomeadamente: -----

11.1 Desencadear, em situações de acidente grave ou catástrofe, ou no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação, adequadas em cada caso; ----

11.2 Integrar, e presidir, à Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

11.3 Assegurar a elaboração dos planos de emergência de âmbito municipal, a aprovar pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

36

- 11.4 Declarar a situação de alerta de âmbito municipal; -----
- 11.5 Promover as diligências necessárias com vista à integração na Comissão Municipal de Proteção Civil, de representantes de outras entidades e serviços implantados no município, em harmonia com o previsto na alínea h) do artigo 3º da referida Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro; -----
- 11.6 Solicitar ao presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil a participação das Forças Armadas em funções de proteção civil na área operacional do município; -----
12. A competência para atribuição de bolsas de estudo aos Bombeiros, nos termos previstos no Regulamento de Concessão de Regalias aos Bombeiros Voluntários do Município de Santo Tirso, aprovado pela assembleia municipal em 28 de abril de 2017, mediante informação prévia dos serviços respetivos, que deve reportar as condições regulamentares de atribuição daquelas bolsas de estudo, bem como o respeito pelas normas orçamentais em matéria de realização de despesas; -----
13. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial (canil/gatil) Municipal de Santo Tirso, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 29 de novembro de 2018, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto no artigo 26.º do referido Regulamento, bem como as demais previstas na legislação aplicável no âmbito da sua execução, designadamente as previstas na Portaria 146/2017, de 26 de abril; -----
14. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no âmbito da organização, funcionamento e hierarquia da Polícia Municipal de Santo Tirso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do respetivo Regulamento, publicado no Diário da República, 1.ª série, de 30 de novembro de 2017, bem como coordenar a atividade exercida pela respetiva corporação, designadamente a sua atividade fiscalizadora; -----
15. As seguintes competências, previstas no Regulamento de Trânsito do Município de Santo Tirso, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 26 de fevereiro de 2015, cuja subdelegação é feita ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do referido Regulamento, e a exercer nos termos previstos no mesmo Regulamento: -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

37

- a) Decidir sobre os sentidos de circulação do trânsito, bem como as vias e locais condicionados ou interditos total ou parcialmente à circulação de veículos; -----
 - b) Decidir sobre a cedência de prioridade nos cruzamentos e entroncamentos;
 - c) Decidir a proibição temporária ou permanente de circulação de certas espécies de veículos ou de veículos que transportem certas mercadorias; -----
 - d) Decidir a reserva da utilização de vias de trânsito à circulação de veículos de certas espécies ou afetos a determinados transportes; -----
 - e) Decidir a fixação de limites especiais de velocidade; -----
 - f) Decidir sobre a paragem e o estacionamento; -----
 - g) Decidir sobre os parques e zonas de estacionamento afetos a veículos de certas categorias; -----
 - h) Decidir sobre a reserva de lugares para estacionamento de veículos afetos ao serviço de determinadas entidades ou utilizados no transporte de pessoas com deficiência; -----
 - i) Decidir sobre a localização das zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento; -----
 - j) Decidir sobre as zonas de cargas e descargas; -----
 - k) Decidir pedidos de emissão de cartões e avenças de estacionamento; -----
 - l) Decidir sobre a fixação dos locais de paragem dos transportes coletivos de passageiros e táxis; -----
 - m) Autorizar a utilização especial das vias públicas; -----
 - n) Autorizar o condicionamento ou suspensão do trânsito; -----
 - o) Autorizar a sinalização temporária a colocar por motivo de obras ou por utilização especial das vias públicas; -----
 - p) Adotar medidas que contribuam para a melhoria do ordenamento do trânsito e da segurança rodoviária, bem como que promovam a qualidade dos espaços públicos, especialmente no que se refere à acessibilidade e à mobilidade. -----
16. As competências previstas no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Santo Tirso, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 30 de abril de 2013, cuja delegação é feita ao abrigo do disposto no artigo 35º do referido Regulamento, e a exercer nos termos previstos no mesmo Regulamento; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

38

17. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento para instalação de estabelecimentos na Estação de Camionagem; -----
18. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento da Central de Transportes de Santo Tirso; -----
19. A competência para autorizar a prestação de trabalho suplementar e deslocações dos trabalhadores por motivos de serviço público, relativamente àqueles afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação; -----
20. A competência para autorizar a utilização dos equipamentos afetos às suas áreas de gestão, por entidades públicas ou privadas, bem como, fixar as respetivas condições de utilização, em cumprimento com a regulamentação e legislação em vigor, salvo se a utilização consubstanciar uma forma de apoio às entidades beneficiárias, situação em que a autorização é da competência, indelegável, da câmara municipal; -----
21. A competência para a prática de quaisquer outros atos sobre matérias incluídas nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, salvo as que forem da competência própria da câmara municipal e não tiverem sido subdelegadas. -----

Delegação de competências na vereadora da câmara municipal, Sara Isabel Fonseca Moreira -----

A. Competências subdelegadas: -----

1. Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
2. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar; --
3. Colaborar no apoio a outros programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
4. Promover o desenvolvimento de outras atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo das competências indelegáveis da câmara municipal previstas nas alíneas do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei 75/2013,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

39

- em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma legal; -----
5. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar; -----
6. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
7. Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as atividades que lhe compete coordenar; -----
8. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
9. Assegurar o levantamento de todos os equipamentos desportivos no concelho, bem como, gerir os demais equipamentos desportivos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; -----
10. Executar a política municipal de desenvolvimento desportivo e tempos livres; -----
11. As competências previstas no Decreto – Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo DL 110/2012, de 21 de maio, designadamente: -----
- 11.1 A competência prevista no n.º 2 do artigo 13º, do referido diploma legal, para fixar a capacidade máxima de utilização e de acolhimento de eventual público, nas instalações desportivas aí referidas e nos termos legalmente previstos; -----
- 11.2 Determinar a suspensão imediata do funcionamento da instalação e a realização de vistoria extraordinária nos termos do n.º 4 do artigo 27º, do referido diploma legal; -----
- 11.3 Promover a realização de vistoria das instalações desportivas existentes na área do município, conforme dispõe o artigo 31º, do referido diploma legal;
- 11.4 Efetuar e manter atualizado o registo das instalações desportivas disponíveis no concelho em sistema de informação disponibilizado pelo IPDJ, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 13º, do referido diploma legal; --
12. Gerir as instalações desportivas que integram o Complexo Desportivo Municipal, e exercer as competências a seguir referidas, nos termos do respetivo Regulamento, na redação que lhe foi conferida por deliberação da assembleia municipal de 26 de fevereiro de 2019: -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

40

- a) Decidir os pedidos de cedência de utilização regular e pontual das instalações, nos termos regulamentarmente previstos; -----
- b) Exercer o direito de utilizar as instalações para eventos promovidos ou apoiados pelo município, nas situações em que tiver sido cedido o direito de utilização regular, nos termos do n.º 8 do ponto III do referido Regulamento; --
- c) Decidir o cancelamento da autorização de utilização das instalações, nos casos previstos no ponto V do mesmo Regulamento; -----
- d) Reconhecer a isenção e redução do pagamento de preços pela utilização das instalações desportivas, nos casos previstos no ponto VII do referido Regulamento, bem como no n.º 1 do capítulo X do mesmo regulamento; -----
- e) Autorizar os pedidos de utilização das instalações com transmissão televisiva; -----
- f) Autorizar a exploração de publicidade nas instalações do Complexo Desportivo Municipal; -----
- g) Autorizar a utilização das instalações do Complexo Desportivo para atividades não desportivas; -----
- h) Praticar todos os demais atos necessários à gestão das instalações do Complexo Desportivo Municipal, nos termos previstos no referido Regulamento. -----

13. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental, necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou delegado, no âmbito dos seus pelouros. -----

B. Competências delegadas: -----

- 1. Assegurar a execução das deliberações da câmara municipal, quando as mesmas disserem respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
- 2. Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, nas áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
- 3. Assegurar a resposta, em tempo útil, e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados pelo referido órgão deliberativo e que digam respeito a assuntos das áreas cuja coordenação lhe está cometida; -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

41

4. Assinar ou visar a correspondência do município com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; ---
5. Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação; -----
6. As competências para reconhecer e decidir, sobre os pedidos de isenção e redução do pagamento de taxas, nas situações previstas nos números 1 e 2 do artigo 15.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente aos pedidos enquadráveis nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar; -----
7. A competência, nas respetivas as áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artigo 18.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----
8. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento do Cartão "Santo Tirso Jovem, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 23 de fevereiro de 2017, designadamente as competências previstas no artigo 6.º do mesmo regulamento, cuja delegação é feita ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 13º do referido Regulamento; --
9. Exercer as competências cometidas ao presidente da câmara municipal no Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Santo Tirso, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 30 de junho de 2015, cuja delegação é feita ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 7.º do referido Regulamento. -----
10. Coordenar e gerir todo o processo do Orçamento Participativo Jovem, de harmonia com o previsto no artigo 22.º do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 30 de setembro de 2019, e exercer as competências cometidas pelo mesmo regulamento ao presidente da câmara municipal; -----
11. Coordenar o "Programa Ocupacional de Tempos Livres", de harmonia com o previsto no Regulamento Municipal de Ocupação dos Tempos Livres, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 13 de agosto de 2012,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

42

e exercer as competências cometidas pelo mesmo regulamento ao presidente da câmara municipal; -----

12. Coordenar e gerir o processo denominado “*Santo Tirso Voluntário*”, nos termos previstos no Regulamento para o Voluntariado Municipal, aprovado por deliberação da assembleia municipal de 25 de fevereiro de 2021, e exercer as competências cometidas pelo mesmo regulamento ao presidente da câmara municipal; -----

13. A competência para a prática de quaisquer outros atos sobre matérias incluídas nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, salvo as que forem da competência própria da câmara municipal e não tiverem sido subdelegadas. -----

Disposições finais -----

1. Ficam delegadas, nos vereadores supra identificados, as competências para estes decidirem sobre os demais assuntos compreendidos nas áreas de gestão municipal sob a sua coordenação, salvo quanto às matérias de competência indelegável da câmara municipal e aquelas que, nos termos do artigo 35.º do Anexo I da referida Lei 75/2013, de 12 de setembro, e da deliberação da câmara municipal de 14 de outubro do corrente ano (item 5 da respetiva ata), são da competência própria ou delegada no presidente da câmara municipal, respetivamente, e que não foram expressamente delegadas ou subdelegadas. -----

2. Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho quaisquer atos praticados pelos delegados, que caibam no âmbito desta delegação, no período compreendido entre o dia 14 de outubro de 2021 e a presente data, e cuja regularidade formal dependa deste despacho. -----

3. Em caso de dúvidas sobre a existência de competência delegada ou subdelegada para a prática de ato administrativo com eficácia externa, ao abrigo do presente despacho de delegação de poderes e competências, o mesmo deverá ser praticado pela entidade com competência originária para a sua prática (câmara municipal ou o respetivo presidente). -----

4. Ficam revogados os anteriores atos de delegação de competências, com exceção dos despachos de delegação de competências referidos neste



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

43

despacho, bem como outros despachos de delegação de competências em titulares de cargos dirigentes do município, proferidos depois do dia 09 de outubro de 2021, com salvaguarda de todos os atos administrativos praticados e seus efeitos. -----

5. Em caso de alteração superveniente às normas previstas nos diplomas legais e regulamentares referidos no presente despacho, as remissões feitas no mesmo serão reportadas às normas legais que as substituírem, sem necessidade de alteração do presente despacho, salvo na eventualidade de alterações profundas ao respetivo regime jurídico, que justifiquem a alteração deste despacho. -----

6. Os atos praticados ao abrigo do presente despacho deverão mencionar a qualidade de delegado ou subdelegado do seu autor, bem como a data do despacho de delegação de competências. -----

7. O presente despacho não prejudica o poder do delegante avocar qualquer assunto, bem como o de anular, revogar ou substituir o ato praticado pelo delegado ou subdelegado ao abrigo da delegação ou subdelegação. -----

8. Divulgue-se pelos senhores vereadores e serviços respetivos, publique-se nos termos previstos no artigo 159.º do Código do Procedimento Administrativo e nos demais termos que têm vindo a ser praticados pelo município, e dê-se conhecimento na próxima reunião da câmara municipal. ---

Santo Tirso, 8 de novembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,

Alberto Costa

VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO

(CLUBES E ATLETAS DO MUNICÍPIO CONQUISTAM TÍTULOS NACIONAIS)

Os clubes e os atletas do Município estiveram em destaque num conjunto de competições em que recentemente participaram a nível nacional.

Em atletismo, o **Clube Desportivo de São Salvador do Campo** amealhou seis medalhadas em duas das mais importantes provas nacionais.

No Campeonato Nacional de Veteranos de 5000 e 10 000 metros, realizado em Lisboa, dia 9 de outubro, Gil Ferreira e Carlos Silva sagraram-se campeões nacionais de veteranos de 5000 metros, respetivamente, em M50 e M35. Já João Pereira amealhou a medalha de bronze na prova dos 5000m M45.

No Campeonato Nacional de Veteranos em Pista ao Ar Livre, também realizado em Lisboa, mas nos dias 2 e 3 de outubro, Gil Ferreira conquistou a medalha de ouro nos 3000m M50, ao passo que Joaquim Pereira logrou alcançar o primeiro lugar nos 1500m M70 e a terceira posição nos 3000m.

Por fim, João Pereira repetiu o terceiro lugar obtido nos Campeonatos de 5000 e 10 000m, mas agora nos 3000m M45.

No Trail, o **Núcleo Associativo de Santo Tirso** sagrou-se campeão nacional do Circuito de Ultra Trail, por equipas.

No mesmo circuito, mas na geral individual, o atleta do NAST Nuno Carneiro terminou em primeiro lugar.

Já no Campeonato Nacional de Ultra Trail, realizado na Madeira, os atletas do NAST Diogo Carvalho e Domingos Freitas cortaram a meta no segundo e terceiro lugares, respetivamente, em M50 e M40.

Também na Madeira, na Taça Nacional de Ultra Skyrunning, Domingos Freitas foi o vencedor do troféu em M40, ao passo que Carlos Ferreira, também do NAST, alcançou o primeiro lugar da geral.

Por fim, no automobilismo, o piloto **Armindo Araújo** ficou a apenas um ponto de revalidar o título de campeão nacional, acabando por terminar na segunda posição, em virtude de um furo na última prova do Campeonato Nacional de Ralis, realizada em Mortágua.

Fruto do sucesso coletivo e individual, cujos resultados testemunham o trabalho e o esforço das associações desportivas e dos atletas concelhios, bem como a aposta do Município na promoção e desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal, reunida em 11 de novembro de 2021, atribui os seguintes Votos de Louvor e Reconhecimento:

1. AO CLUBE DESPORTIVO DE S. SALVADOR DO CAMPO

- Pelos quatro títulos de campeão nacional e pelos dois terceiros lugares conquistados nos Campeonatos Nacionais de Veteranos de 5000 e 10 000m e em Pista ao Ar Livre, realizados em Lisboa, graças às prestações desportivas de Gil Ferreira, Carlos Silva, João Pereira e Joaquim Pereira.

2. AO NAST-NÚCLEO ASSOCIATIVO DE SANTO TIRSO

- Pela conquista do título nacional do Circuito de Ultra Trail por equipas e pela vitória de Nuno Carneiro na geral individual, bem como pelos segundo e terceiro lugares alcançados, respetivamente, por Domingos Freitas e Diogo Carvalho no Campeonato Nacional de Ultra Trail e ainda pelo primeiro lugar da geral festejado por Carlos Ferreira na Taça Nacional de Ultra Skyrunning.



3. AO PILOTO ARMINDO ARAÚJO

- Pelo título de vice-campeão nacional alcançado no Campeonato Nacional de Ralis, pese embora o infortúnio que lhe bateu à porta na última prova realizada em Mortágua, o que impediu o piloto de Santo Tirso de festejar o oitavo troféu.

Santo Tirso, Paços do Município, 11 de novembro de 2021.

A Câmara Municipal

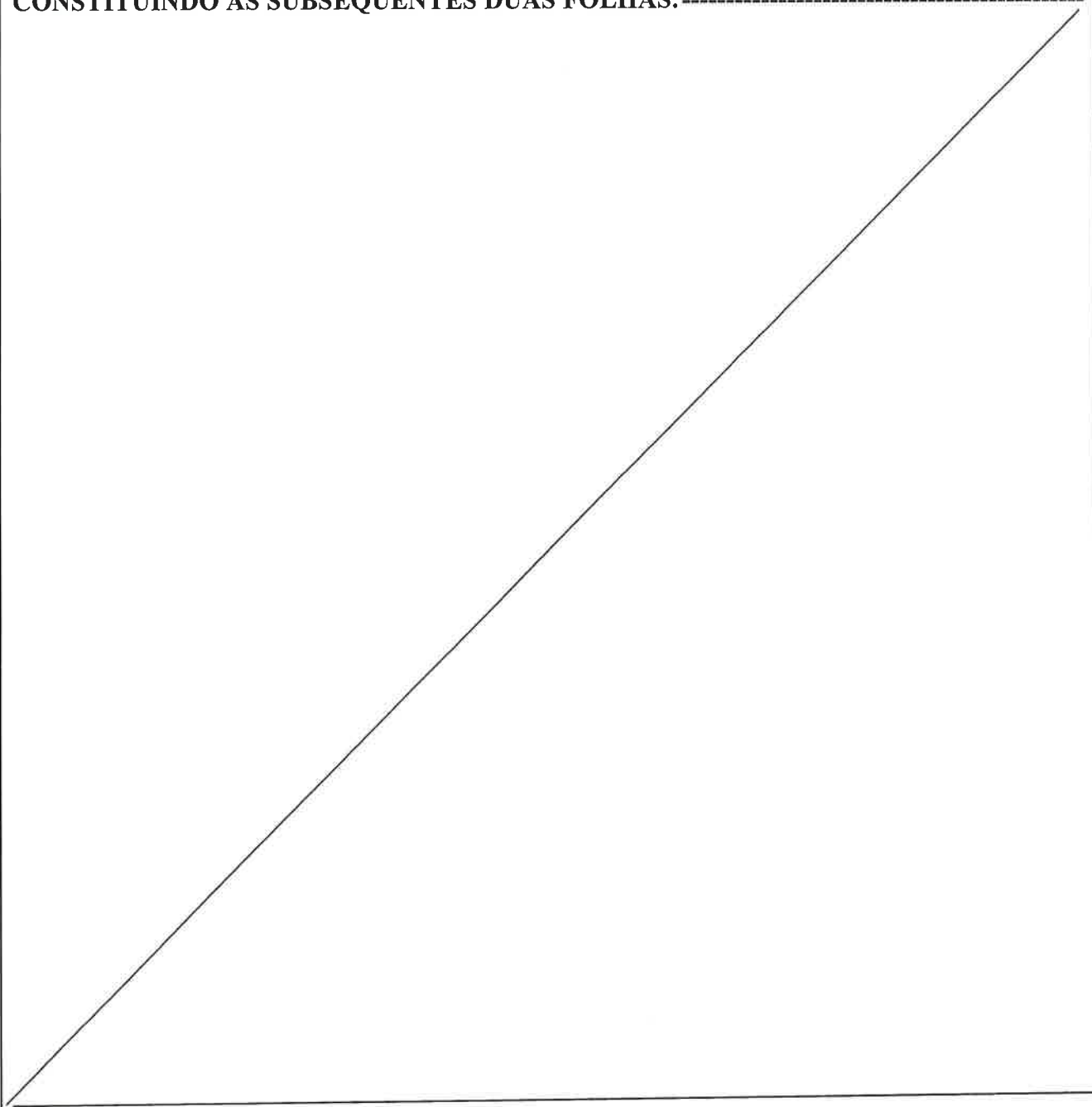
Do Voto de Louvor e Reconhecimento, será dado conhecimento ao CLUBE DESPORTIVO DE SÃO SALVADOR DO CAMPO, ao NÚCLEO ASSOCIATIVO DE SANTO TIRSO e ao piloto ARMINDO ARAÚJO, bem como à Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo e à Junta da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães; à Federação Portuguesa de Atletismo, à Associação de Atletismo do Porto e à Associação de Trail Running de Portugal; à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting e à Confederação do Desporto de Portugal e ao Instituto Português do Desporto e da Juventude.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA
CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS. -----**



REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 – ATA Nº 21

ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da última reunião ordinária de 28/10/2021
- 2 - Nomeação de dois representantes do município para a Assembleia Intermunicipal da AMAVE
- 3 - Proposta de designação de representantes do município nos órgãos sociais da associação denominada Corredor do Rio Leça - Associação Municípios
- 4 - Protocolo de Geminação celebrado entre o município de Santo Tirso o município de Santa Catarina, Cabo Verde – Ratificação
- 5 - Proposta de 4.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021
- 6 - Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, em áreas de formação artística, para o ano letivo 2021/2022 - Aprovação da lista definitiva das candidaturas admitidas
- 7 - Proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para provimento de postos de trabalho, em contrato por tempo indeterminado – Serviços Veterinários Municipais
- 8 - Proposta de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 164 metros quadrados sita na Rua Conde S. Bento - Santa Cristina do Couto - União de freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães
- 9 - Empreitada - "Adaptação dos Espaços Públicos da cidade de Santo Tirso para implementação do PMUS"- Trabalhos Complementares - Adjudicação
- 10 - Acordo de colaboração celebrado entre o município e o INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P. - Programa ".1º Direito" - ratificação
- 11 - Proposta de celebração de Protocolo de Cooperação entre o município e o CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo, IPSS - Projeto "Cuidar de Quem Cuida"



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praca 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel: +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

49

- 12 - Proposta de celebração de Protocolo de Colaboração com a Associação Tuna Musical de Rebordões - Apoio na realização de atividades culturais
- 13 - Proposta de celebração de Protocolo de colaboração entre o Município de Santo Tirso e o Grupo Coral de Vila das Aves (Oficina de Música)
- 14 - Proposta de atribuição de subsídio anual aos grupos de folclore concelhios a concretizar mediante a celebração de Protocolo de Colaboração
- 15 - Requerimento da sociedade PACOLI — Propriedades, Construções e Investimentos Imobiliários, Lda. - Pedido de Reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal (PIM)
- 16 - Requerimento da sociedade denominada RODIMERITO CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA. - Pedido de reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal (PIM)

Santo Tirso, 8 de novembro de 2021

O Presidente,

Alberto Costa

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/10/2021.

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e oito de outubro findo, da qual se enviou cópia para cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor vice-presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a ata da aludida reunião da câmara municipal.-----

A ata foi aprovada por unanimidade. -----



2. NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMAVE.-----

Presente email da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), de vinte de outubro findo, registado com o número vinte mil quatrocentos e sessenta e seis, a solicitar a indicação formal dos representantes do município de Santo Tirso no Conselho Diretivo e na Assembleia Intermunicipal daquela associação.-----

O assunto vem informado pela Divisão Jurídica, conforme informação de vinte e nove de outubro findo, registada com o número nove mil trezentos e dezasseis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, deliberasse designar os senhores vereadores Nuno Miguel Linhares da Silva e Ana Maria Moreira Ferreira para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE).-----

No momento da discussão da proposta interveio o senhor vereador Carlos Alves, eleito enquanto inscrito na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, que disse:-----

“Fazendo fé nas palavras do senhor presidente, que disse, quer na sua apresentação, quer como tem dito e repetido nas duas últimas reuniões de câmara, que o objetivo seria envolver toda a gente naquilo que são as problemáticas e os problemas do município, salientamos que para estes casos os vereadores da oposição nunca são tidos nem achados. Portanto, queríamos só deixar aqui esta nota e porque não, futuramente, os vereadores da oposição serem tidos e achados neste tipo de nomeações.”

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi dito que ficava registada a nota.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

A

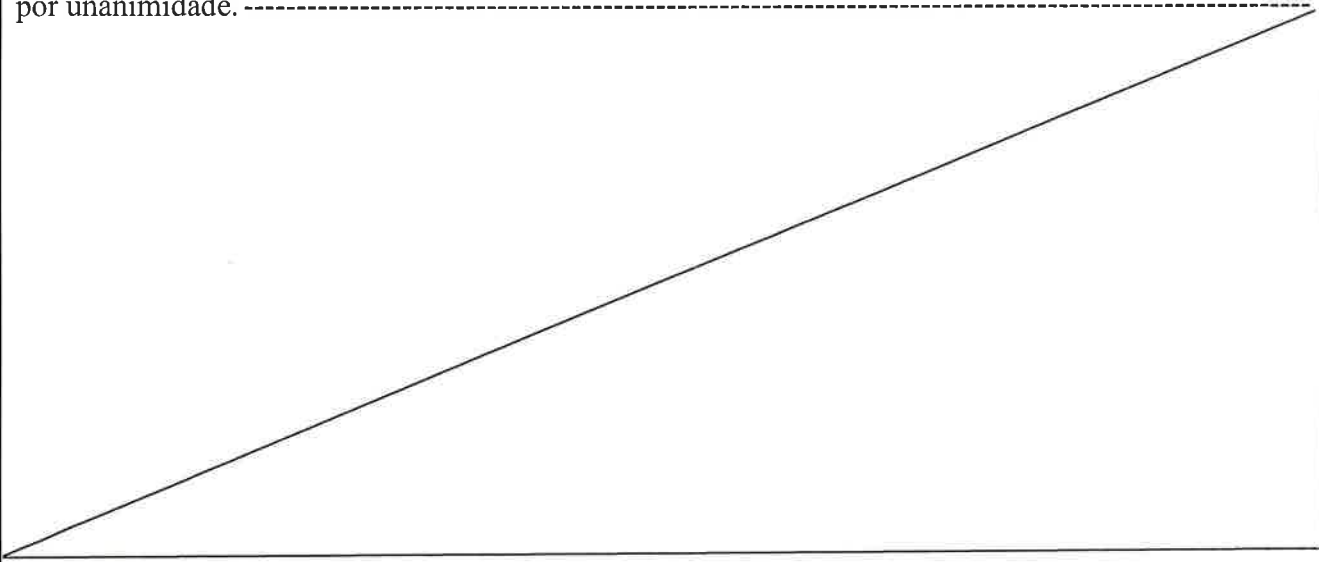
sc

3. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA CORREDOR DO RIO LEÇA - ASSOCIAÇÃO MUNICÍPIOS.-----

Presente proposta do senhor presidente da câmara, de cinco do corrente mês de novembro, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, que propõe que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere designar os senhores vereadores Ana Maria Moreira Ferreira, Tiago João Machado Araújo e Nuno Miguel Linhares da Siva, e como suplente a senhora Vereadora Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares, para representar o município de Santo Tirso na Assembleia Geral daquela associação, e propor ao Conselho Executivo da mesma associação a nomeação da Chefe da Divisão Financeira do município, Maria Alcina Marques de Oliveira, para integrar o Conselho Fiscal da associação. -----

No momento da discussão da proposta interveio o senhor vereador Carlos Alves, que disse que reiterava o que disse a propósito do ponto anterior. -----

O senhor vice-presidente submeteu a proposta que antecede à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

53

PROPOSTA

A Câmara Municipal de Santo Tirso e, posteriormente, a Assembleia Municipal aprovaram os Estatutos da Associação de Municípios do Corredor do Rio Leça.

De acordo com o previsto no nº 2 do artigo 13º dos estatutos, a Assembleia Geral é constituída por doze elementos, sendo que cada um dos municípios integrantes da associação nomeia três representantes e um suplente, cuja competência para a nomeação é da câmara municipal.

Nos termos dos estatutos aprovados importa designar também os representantes do município de Santo Tirso no Conselho Fiscal.

De harmonia com o previsto no artigo 22º dos Estatutos da Associação, os membros do Conselho Fiscal são nomeados pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

Assim, proponho que a câmara municipal delibere designar, ao abrigo da competência prevista na alínea oo) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, como representantes do Município de Santo Tirso na Assembleia Geral da associação denominada Corredor do Rio Leça – Associação de Municípios, os senhores Vereadores Ana Maria Moreira Ferreira, Tiago João Machado Araújo e Nuno Linhares da Siva e como suplente a senhora Vereadora Silvia Manuela da Costa Ferreira Tavares.

Para integrar o Conselho Fiscal proponho que a câmara municipal delibere propor ao Conselho Executivo da Associação a nomeação da Chefe de Divisão Financeira, Maria Alcina Marques de Oliveira.

Santo Tirso, 5 de novembro de 2021.

O presidente,

(Alberto Costa)

4. PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO O MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, CABO VERDE – RATIFICAÇÃO.

Presente o Protocolo de Geminação celebrado no dia seis do corrente mês de novembro entre o município de Santo Tirso e o município de Santa Catarina, Cabo Verde, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de geminação do município de Santo Tirso com o município de Santa Catarina, Cabo Verde, nos termos que constam do aludido Protocolo, e deliberasse remeter o mesmo para a assembleia municipal, também para ratificação, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Interveio na discussão deste ponto a senhora vereadora Quitéria Juliana Correia Roriz, eleita enquanto inscrita na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, que disse o seguinte: -----

“Queríamos também aqui dar nota que, de facto, neste Protocolo de Geminação entre o município de Santo Tirso e município de Santa Catarina, estão vertidos todos os princípios de bondade, como é evidente, e assim é que deve ser, contudo, importa nestes Protocolos, neste como noutros, e o nosso município tem muitos e isso é de valorizar, mas de facto temos que ter em conta o que é que está planeado, o que é que traz para o município na prática. Não são as ações. Essas estão no acordo e nós todos as conseguimos ler. O que se pretende saber é o que na prática isto veicula para o município. Por exemplo já para o ano de 2022, o que é que está pensado. Até muito na perspectiva de, levando isto à assembleia municipal, conseguirmos levar isto já com mais clarividência, porque, muitas vezes, quem está do outro lado é quem não está por dentro dos assuntos. Portanto penso que nós também temos aqui esse dever de apresentarmos as coisas de modo a que toda a gente compreenda, na prática, para que é que servem. Era só este apontamento.” -----

Pelo senhor vice-presidente foi dito que ficava registada a nota. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Post 55
auf
A
M

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

Outorgantes:

Primeiro – Alberto Manuel Martins da Costa, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, e em representação do respetivo município, pessoa coletiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por **Primeiro Outorgante**, -----

Segundo – Jassira Maria da Veiga Monteiro, a qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina, e em representação do respetivo município, pessoa coletiva territorial com o número de contribuinte 352453010, com sede na Praça Central de Assomada, Santa Catarina, Santiago, Cabo Verde, adiante designado por **Segundo Outorgante**, -----

Pressupostos: -----

Considerando que a cooperação e a harmonia entre os povos são anseios e interesses comuns entre cidades de diferentes países, movidas pelo mesmo espírito de paz, liberdade e prosperidade; -----

Convictos de que uma estreita e íntima colaboração entre municípios se reverterá no futuro em benefícios sociais, económicos e culturais para ambas as partes; -----

Cláusula Primeira

Objeto

Os municípios de Santo Tirso e Santa Catarina afirmam a unânime decisão de manter cordiais relações de amizade união fraterna para o progresso, desenvolvimento e bem-estar de ambos os povos, unidos em mútuos desejos de convivência. -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

56
9/2
A
enf
M

Cláusula Segunda

Princípio da colaboração

Os dois municípios, sob a égide de municípios irmãos, comprometem-se, livre e espontaneamente, a colaborar no desenvolvimento de ambas as regiões, fortalecendo as efetivas relações inspiradas em desejos comuns de paz, amizade e prosperidade. -----

Cláusula Terceira

Ações a desenvolver

As ações a promover desenvolver-se-ão nos seguintes âmbitos: -----

1. Social: -----

Os municípios irmãos fomentarão ações de caráter social, sendo as iniciativas objeto de estudo e de execução as que se considerem convenientes. Ambos os municípios, dentro das suas respectivas competências, facilitarão informações e ajudas a relações laborais e sociais, incluindo os intercâmbios de jovens entre famílias, centros escolares e instituições adequadas, bem assim, cooperação ativa visando parcerias de apoio aos projetos Casa da Sopa, Loja Social e Centro de Dia de Assomada, nomeadamente em matéria de formação e qualificação. -----

2. Cultural: -----

Os dois municípios apoiarão as atividades culturais através da organização de conferências sobre temas considerados de interesse, intercâmbio de livros e revistas, assim como toda a espécie de publicações, intercâmbios escolares, nos diferentes níveis de ensino, exposições de caráter artístico e promoção de espetáculos de música, dança e outras manifestações artísticas, bem assim, o intercâmbio de artistas. -----

3. Económico: -----

Os dois municípios contribuirão para o desenvolvimento de atividades que se entendam convenientes para o fomento da economia e da indústria, tais como: a promoção de mercados, exposições e feiras, a divulgação de produtos regionais e disponibilização de informação sobre indústrias em



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Handwritten notes in blue ink: "P. 757" and a signature.

desenvolvimento e indústrias que possam ter interesse para ambos os povos, bem assim, o intercâmbio entre empresários e/ou associações empresariais.

4. Desportivo: -----

Os dois municípios fomentarão o desenvolvimento de atividades desportivas, diretamente ou intervindo através de associações e organizações apropriadas, incidindo fundamentalmente em matéria de intercâmbios desportivos e formação de técnicos de várias modalidades. -----

5. Turístico: -----

Com o objetivo de fomentar o turismo, os dois municípios orientarão as suas gestões no sentido de facilitar o conhecimento recíproco de ambos os países, disponibilizarão programas destinados à realização de excursões turísticas e promoverão o intercâmbio de publicidade institucional (cartazes, anúncios, programas das diferentes manifestações festivas e turísticas). -----

6. Bombeiros e Proteção Civil: -----

Com o objetivo de troca de experiências e de desenvolvimento de parcerias nas áreas de formação e capacitação.

Cláusula Quarta

Relação de intercâmbio entre os municípios

A colaboração e intercâmbio entre ambos os municípios serão tão amplos como o indicam os propósitos expressos no preâmbulo do presente protocolo de geminação, assim como nos seus dois primeiros artigos, podendo nele integrar-se todas as iniciativas que sejam de recíproco interesse. -----

Cláusula Quinta

Promoção de atividades

As atividades a promover deverão alicerçar as relações entre os municípios irmãos, através da aprovação de iniciativas a desenvolver e garantindo o apoio e colaboração necessários para o cumprimento dos compromissos assumidos.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

58

Cláusula Sexta

Duração

O prazo de duração do presente Protocolo de Geminação é ilimitado e a sua vigência será determinada pela vontade de ambos os municípios, unidos no desejo de manter estreitas e fraternas relações que garantirão o futuro desenvolvimento de atividades orientadas para o bem-estar e progresso dos povos. -----

O presente protocolo irá ser ratificado pela câmara municipal na primeira reunião que se realizar depois da sua celebração. Este protocolo foi impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar. -----

Santo Tirso, 06 de novembro de 2021-----

O Primeiro Outorgante

Alberto Manuel Martins do Este

O Segundo Outorgante

Josino Thom de Jesus Duarte





5. PROPOSTA DE 4.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO AO PPI) ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2021.-----

Presente informação da Divisão Financeira, de quatro do corrente mês de novembro, registada com o número nove mil quatrocentos e sessenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais, a remeter a 41.ª Alteração Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, que consiste na 3.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos, que é efetuada pelas razões referidas na aludida informação técnica, e na 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação da 4.ª alteração modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, nos termos que constam dos documentos que se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas. -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de alteração modificativa ao PPI e ao Orçamento da Despesa e remeter para a assembleia municipal, para aprovação.

ALTERAÇÃO NÚMERO : 41 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2021 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECOMÚLCA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]			
	Código [2]	Ano Tipo [2]			Número [2]	Início [4]	Fim [5]	2021		Períodos seguintes					
								Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2022 [8]	2023 [9]		2024 [10]	2025 [11]	Outros [12]
1.			Funções gerais				150.000,00	45.000,00						-105.000,00	
1.1.			Serviços gerais de administração pública				150.000,00	45.000,00						-105.000,00	
1.1.1.			Administração geral				150.000,00	45.000,00						-105.000,00	
1.1.1.1.	01	2015 I 2	CENTRO CULTURAL VILA DAS AVES - MELHORIAS E CONSERVAÇÃO	02/0*010301	2019/01/01	2022/12/31	150.000,00	45.000,00						-105.000,00	
3.			Funções económicas					105.000,00						105.000,00	
3.3.			Transporte e comunicações					105.000,00						105.000,00	
3.3.1.			Rede viária urbana e rural					105.000,00						105.000,00	
3.3.1.1.	006	2021 I 35	AQUISIÇÃO TERRENO NA RUA S. BENTO DA BATALHA	02/0*0101	2021/10/28	2022/12/31		105.000,00						105.000,00	
Total :							150.000,00	150.000,00							

ALTERAÇÃO NÚMERO 41 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2021 DATA DE APROVAÇÃO (ORÇAMENTO DO ANO : 2021)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações [8]
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D6	Aquisição de bens de capital		1.596.748,46	105.000,00	105.000,00		1.596.748,46	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		1.596.748,46	105.000,00	105.000,00		1.596.748,46	
07	Aquisição bens capital		1.596.748,46	105.000,00	105.000,00		1.596.748,46	
0701	Investimentos		1.596.748,46	105.000,00	105.000,00		1.596.748,46	
070101	Terrenos	M	679.960,75	105.000,00			784.960,75	
070103	Edifícios		916.787,71		105.000,00		811.787,71	
07010301	Instalações serviços	M	916.787,71		105.000,00		811.787,71	
Total de Despesas Correntes								
Total de Despesas de Capital			1.596.748,46	105.000,00	105.000,00		1.596.748,46	
Total de Despesas Efetivas			1.596.748,46	105.000,00	105.000,00		1.596.748,46	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			1.596.748,46	105.000,00	105.000,00		1.596.748,46	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif.
do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa



6. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, EM ÁREAS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA, PARA O ANO LETIVO 2021/2022 - APROVAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DAS CANDIDATURAS ADMITIDAS. -----

Presente informação da Divisão de Educação, de quatro do corrente mês de novembro, registada com o número oito mil setecentos e trinta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a comunicar o resultado da audiência prévia dos interessados, na sequência da deliberação da câmara municipal de nove de setembro último (item onze da respetiva ata).-----

Em fase de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações e/ou contributos relativamente à lista provisória.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação que consta da aludida informação técnica, deliberasse:-----

A). Aprovar a lista definitiva das candidaturas, conforme Anexo que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma;-----

B). Determinar o pagamento da bolsa de estudo ao candidato constante da referida lista definitiva, no montante de 2 500,00€ (dois mil e quinhentos euros), de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 16.º do respetivo regulamento;-----

C) Fixação do prazo de 10 dias úteis, contados da data de afixação da lista definitiva das candidaturas, para a receção de novas candidaturas, conforme referido na alínea c) do número seis da aludida informação técnica, cujo procedimento se destina à atribuição das restantes bolsas de estudo para alunos do ensino superior, em áreas de formação artística, até perfazer o número de bolsas de estudo estabelecido no regulamento (quatro).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1622/2021, de 25 de outubro.-----



22

O compromisso assumido com o pagamento da bolsa de estudo atrás referida está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1567/2021, conforme documento de requisição externa de despesa número 1848/2021, de dez do corrente mês de novembro.

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



7. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA PROVIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO, EM CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO – SERVIÇOS VETERINÁRIOS MUNICIPAIS. -----

Presente informação da Divisão de Recursos Humanos, de oito do corrente mês de novembro, registada com o número nove mil trezentos e noventa e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a propor a abertura de procedimentos concursais comuns para provimento de cinco postos de trabalho, sendo um técnico superior na área Veterinária, dois assistentes técnicos e dois assistentes operacionais, todos em regime de contrato por tempo indeterminado, para exercício de funções nos Serviços Veterinários Municipais. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta: ----

Por deliberação da câmara municipal de onze de março último (item sete da respetiva ata) foi deliberado proceder à abertura de procedimentos concursais para os referidos postos de trabalho; -

No entanto, e conforme consta da aludida informação técnica, os respetivos procedimentos foram anulados pelas razões referidas na mesma informação; -----

Continua a verificar-se a necessidade de preenchimento dos referidos postos de trabalho, atento o interesse público inerente às atribuições a desenvolver pelos Serviços Veterinários Municipais;

Tendo em conta que existem postos de trabalho vagos no mapa de pessoal, proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, delibere autorizar a abertura dos referidos procedimentos concursais. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



A

M

8. PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 164 METROS QUADRADOS SITA NA RUA CONDE S. BENTO - SANTA CRISTINA DO COUTO - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (S. CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES. -----

Presente informação da Divisão Jurídica, de cinco do corrente mês de novembro, registada com o número nove mil quinhentos e catorze, a comunicar que, na sequência da deliberação da assembleia municipal de nove de setembro último (item treze da respetiva ata), pela qual foi decidido dar início ao procedimento da desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 164,00 (cento e sessenta e quatro) metros quadrados), sita na Rua Conde S. Bento, Santa Cristina do Couto, freguesia de União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, a seguir identificada, foi publicitada a intenção de desafetação do domínio público, sendo que, no respetivo período de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações quanto à intenção de desafetação do domínio público daquela parcela de terreno. -----

Pelo senhor vice-presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor das informações técnicas referidas na deliberação da câmara municipal de nove de setembro último (item nove da respetiva ata), que aqui se dão por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação; -----

Considerando que a intenção de desafetação foi publicitada nos termos legalmente previstos, sendo que, no período de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações quanto à intenção de desafetação do domínio público da parcela de terreno em causa; -----

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à assembleia municipal que, no exercício da sua competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da dita Lei 75/2013, delibere desafetar do domínio público municipal a parcela de terreno a seguir descrita, para posteriormente ser vendida ao atual proprietário do lote número treze da operação de loteamento titulada pelo alvará número 43/76, que já manifestou interesse na sua aquisição. -----



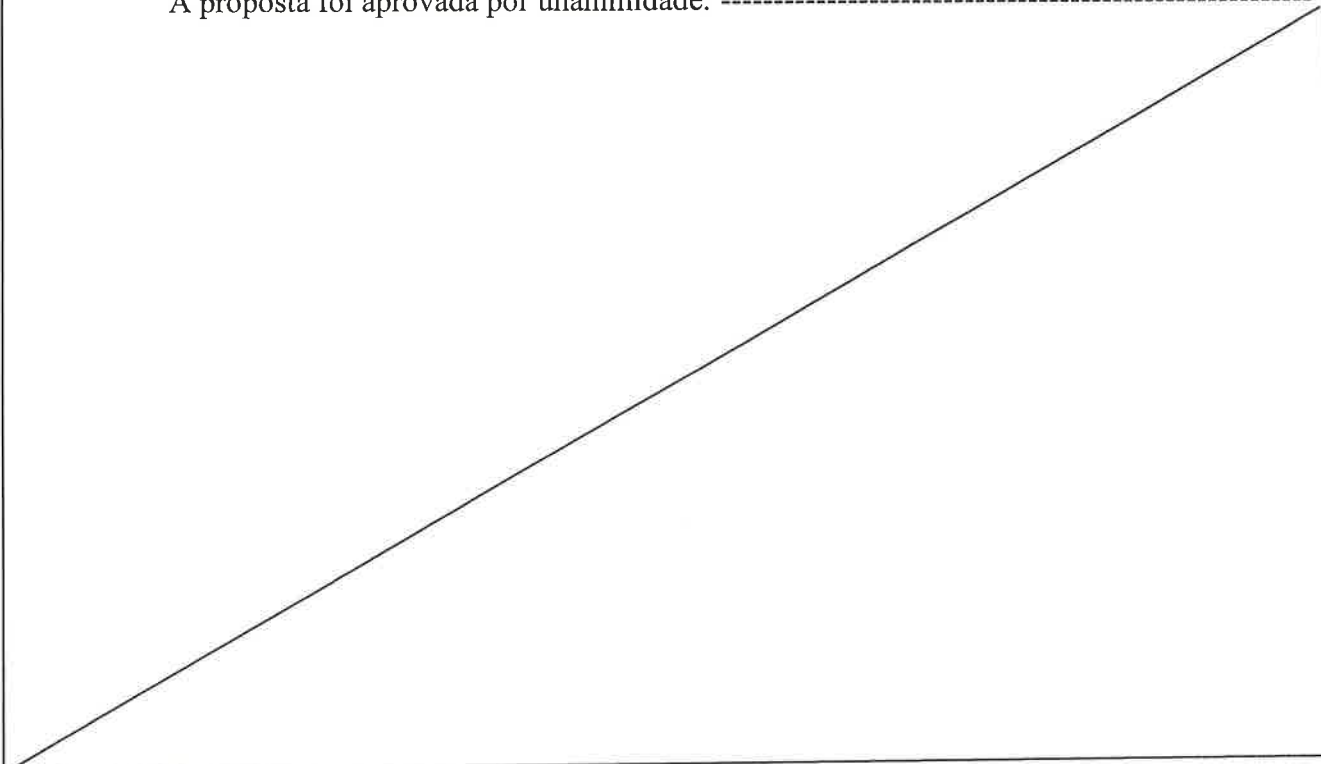
Handwritten signature

Handwritten mark

PARCELA DE TERRENO A DESAFETAR DO DOMINIO PÚBLICO: -----

Parcela de terreno com a área de área de 164,00 (cento e sessenta e quatro) metros quadrados), sita no gaveto da Rua de S. Roque com a Rua Conde S. Bento, Santa Cristina do Couto, freguesia de União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte com Albino da Conceição Ribeiro, de sul e nascente com Rua Conde S. Bento e de poente com Maria de Fátima Santa Paiva e Rua de S. Roque, delimitada a cor-de-rosa na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, destinada a ser integrada no prédio urbano sito na Rua Conde S. Bento, n.º 267, da mesma freguesia e concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 1626 (mil seiscentos vinte e seis) e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 4827 (quatro mil oitocentos e vinte e sete). -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

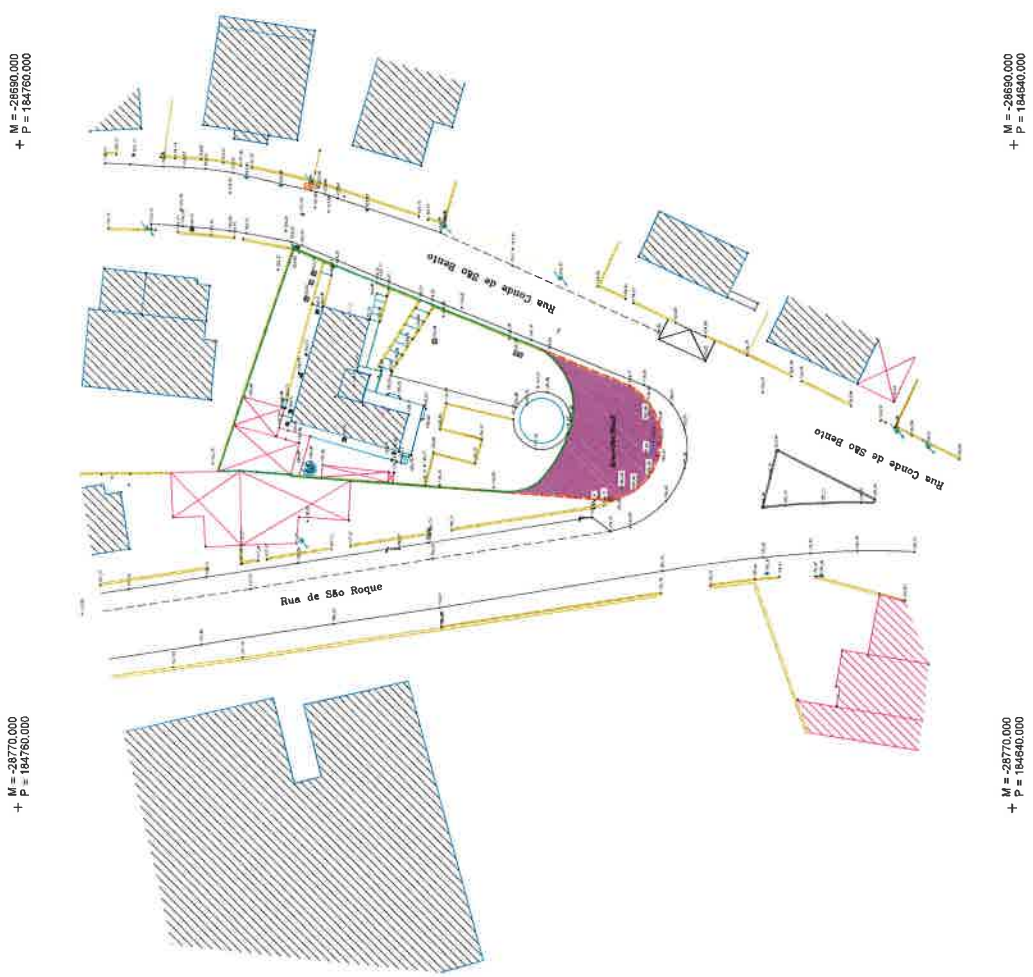


- Legenda :**
- Limite do Requerente
 - Anexo
 - Casa
 - Curva de nível
 - Muro
 - Poste eléctrico
 - Candeieiro
 - telecom
 - Saneamento
 - EDP
 - Águas Pluviais
 - C.T.T.
 - Telecomunicações
 - Sarjeta
 - Água Pública
 - Gás
 - Árvore
 - Boca de Incêndio



Área = 999m²

LIMITE ALTERADO -----Área= 999,00m²
 LIMITE INICIAL -----Área= 635,00m²
 ÁREA A. AQUÍFER -----Área= 184,00m²



Horizontal Plan Ernesto dos Anjos Pimental Rua Lino José Sousa Ferreira n.º 280, 3.º eqs., 4750-152 Vila Nova de Fátima	Requerente: Local : Rua Conde de São Bento nº667 - Santo Tirso Processo : Santo_Tirso_Jul18 Projecto: Localização com cálculo de área Peça: Levantamento Topográfico Geo-referenciado	Folha: 1 Data: Julho/2018 Escala: 1/500 O Técnico
Tel.: 252 109 657 Team: 918 026 579		

Handwritten signature and initials.



9. EMPREITADA - “ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE SANTO TIRSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMUS” - TRABALHOS COMPLEMENTARES E TRABALHOS A MENOS – ADJUDICAÇÃO.-----

Presentes informações da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e cinco e vinte e nove de outubro findo, registadas com os números nove mil e noventa e seis e nove mil trezentos e dezassete, respetivamente, que aqui se dão por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a comunicar sobre a necessidade de execução de trabalhos complementares na empreitada acima identificada, no montante global de 11.002,18 € (onze mil e dois euros e dezoito cêntimos), mais IVA.-----

Da informação registada com o número nove mil e noventa e seis constam trabalhos inicialmente previstos e que, com o desenvolvimento da obra, e devido a algumas adaptações ao projeto, se tornaram desnecessários, no montante de 8.974,00 € (oito mil novecentos e setenta e quatro euros), mais IVA. -----

Pelo que, o acréscimo de despesa para o município é de 2. 028,18€ (dois mil e vinte e oito euros e dezoito cêntimos), mais IVA. -----

A despesa resultante da adjudicação dos aludidos trabalhos complementares, resultantes de circunstâncias não previstas, será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, na qual tem dotação, conforme propostas de cabimento orçamental números 1619/2021 e 1652/2021. -----

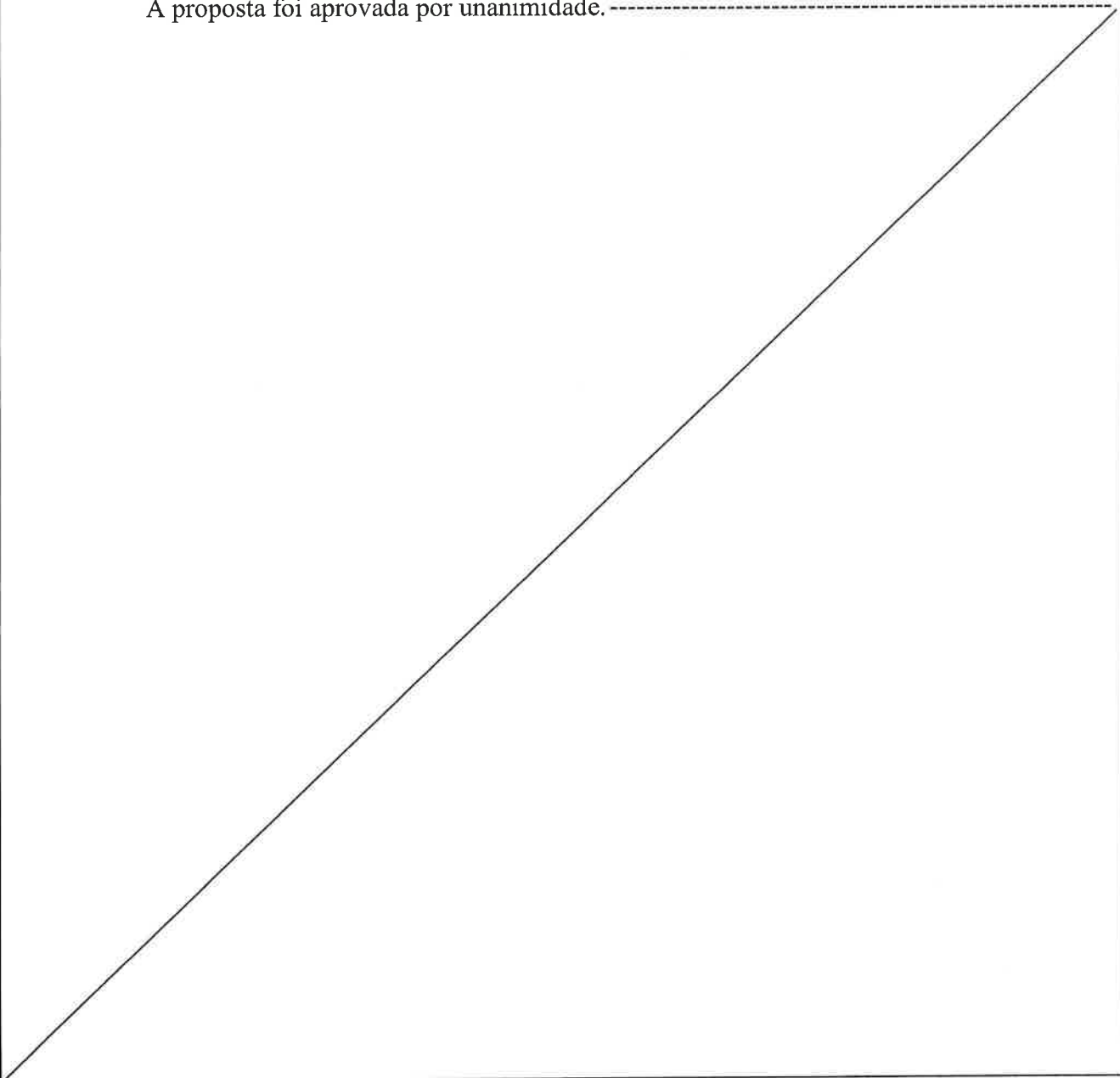
O compromisso inerente à referida despesa financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 1519/2021 e 1537/2021, conforme documentos de requisição externa de despesa números 1797/2021 e 1817/2021, de 21 e 29 de outubro findo, respetivamente. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse adjudicar a execução dos aludidos trabalhos complementares e ratificar a decisão de supressão de trabalhos incluídos no

[Handwritten signature]

contrato inicial, e deliberasse ainda aprovar a minuta do respetivo contrato adicional e autorizar a celebração do mesmo, a qual se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----





A

M

10. ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P. - PROGRAMA "1.º DIREITO" – RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Ação Social, de vinte e cinco de outubro findo, registada com o número nove mil cento e dez, que aqui se dá por inteiramente reproduzida, para todos os efeitos legais, a remeter o Acordo de Colaboração celebrado no dia catorze de setembro último, entre o município de Santo Tirso e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., de natureza programática e a executar de forma faseada, tendo por objeto definir a programação estratégica das soluções habitacionais a apoiar ao abrigo do programa “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” para trezentos e sete agregados, correspondentes a setecentas e sessenta e quatro pessoas, que vivem em condições habitacionais indignas no município de Santo Tirso. -----

O valor total do investimento necessário ao cumprimento dos objetivos indicados na cláusula primeira do aludido Acordo é de 5.833.113,00€ (cinco milhões oitocentos e trinta e três mil cento e treze euros), que será realizado através das soluções habitacionais previstas na cláusula segunda do mesmo Acordo. Aquando da realização da despesa correspondente a cada uma das soluções habitacionais proceder-se à respetiva cabimentação orçamental e, no momento da assunção da respetiva obrigação de pagamento, proceder-se-á ao registo do compromisso no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental. Quanto aos eventuais contratos de empréstimo, a título bonificado, a celebrar com o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., os mesmos serão remetidos à assembleia municipal, para autorização, aquando do respetivo procedimento de contratação. -----

Junta-se cópia do referido Acordo à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma. -----

No momento da discussão da proposta, intervieram os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, para fazer uma declaração de voto, a qual se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha. -----



A

12

O senhor vice-presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de celebração do aludido Acordo de Colaboração, bem como a ratificação do mesmo. -----

O senhor vice-presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse designar a Chefe da Divisão da Ação Social, Paula Maria Brandão da Silva, como gestor para acompanhamento da execução do mesmo Acordo. -----

As propostas foram aprovadas por unanimidade. -----

Declaração de Voto – Ponto 10

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Costa e restante vereação,

O Acordo com o IHRU do programa 1º direito foi efetuado com a maior parte dos municípios.

Em Santo Tirso, a problemática habitacional é de facto preocupante e o acordo de colaboração aqui apresentado poderá atenuar algumas das situações de vulnerabilidade vividas no concelho.

Contudo, e pese embora o Quadro anexo não esteja totalmente legível, não podemos deixar de salientar alguns aspetos que temos como relevantes e que, no nosso entender denotam pouca clareza nos assuntos aqui apresentados.

Está já elaborada a distribuição de fogos pelas freguesias ou ainda se irá partir para esse passo?

Em 2022, o que está concretamente previsto, quantas famílias poderão já ser abrangidas?

O valor do acordo prevê várias modalidades de investimento, a questão que se nos coloca é se não será uma verba reduzida para 307 agregados? Quantas construções de raiz pressupõe?

Votaremos favoravelmente pois não temos a menor dúvida da relevância do acordo de colaboração. Mas importa que o executive camarário, tenha em consideração as questões aqui levantadas, pois não compactuamos com acordos de colaboração que se mostram bem redigidos no papel e que não passam à prática, ou passam sem que se criem efetivas condições habitacionais porque “a verba é escassa”.

Os Vereadores eleitos pelo Coligação Valorizar Mais,



11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E O CASTIIS – CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À TERCEIRA IDADE E INFÂNCIA DE SANGUÊDO, IPSS - PROJETO "CUIDAR DE QUEM CUIDA". ---

Presente informação de nove de agosto último, da Divisão de Ação Social, registada com o número seis mil quinhentos e noventa e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a enviar minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o município de Santo Tirso e a associação denominada CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo, IPSS, tendo por objeto definir os termos e condições da constituição da parceria e cooperação entre aquela associação (promotora do projeto “*Cuidar de quem cuida*”) e as Entidades Parceiras, assim como o conjunto de direitos e obrigações que dessa parceria resulta para cada uma das partes, designadamente:

- Proporcionar conhecimentos sobre a doença;-----
- Ensinar estratégias que facilitem a prestação de cuidados; -----
- Propiciar a partilha e normalização de sentimentos e vivências;-----
- Incentivar o autocuidado; -----
- Promover o reconhecimento da necessidade de ajuda; -----
- Desenvolver competências de redução de stress;-----
- Promover sentimentos de autoestima e de autocontrolo;-----
- Orientar sobre o tipo de apoios comunitários existentes e aspetos legais. -----

O senhor vice-presidente esclareceu que do protocolo em causa não resultam encargos financeiros.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o Protocolo referido na aludida informação, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma.-----

Mais propôs que a câmara municipal deliberasse designar como gestor para

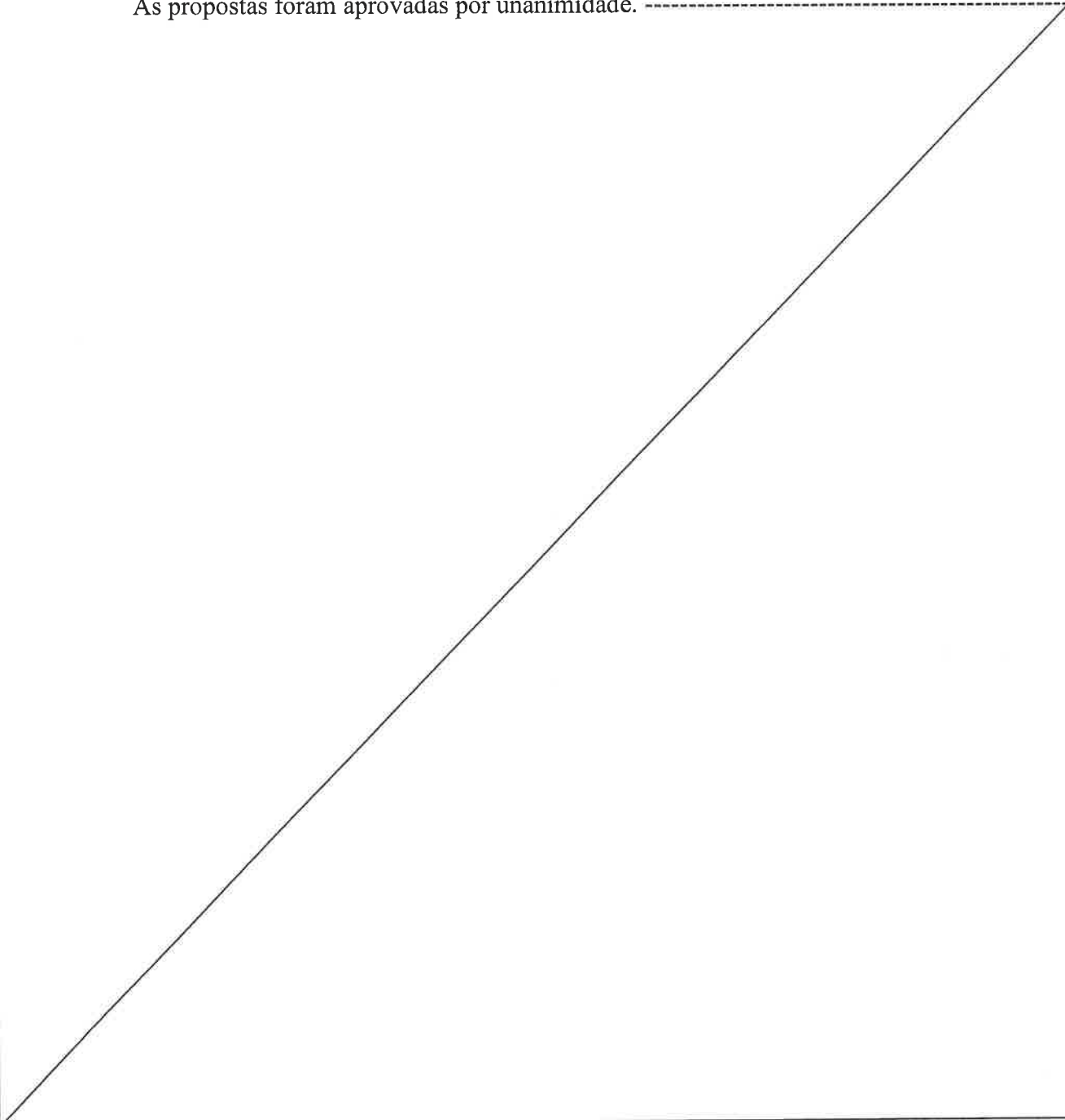


A blue handwritten signature or mark.

A small handwritten mark or signature in the top right corner.

acompanhamento da execução do Protocolo a celebrar a trabalhadora Rita Moreira Alves Miranda Azevedo, Chefe do Serviço de Apoio à Família. -----

As propostas foram aprovadas por unanimidade. -----





12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO TUNA MUSICAL DE REBORDÕES - APOIO NA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS.-----


Presente informação de dois de setembro último, do Serviço de Programação Cultural, registada com o número sete mil duzentos e quarenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a enviar minuta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e a associação denominada Tuna Musical de Rebordões, tendo por objeto estabelecer os termos e as condições da cooperação entre as duas partes, tendo em conta a sua atividade regular, o desenvolvimento dos programas e ações apresentadas em Plano Anual de Atividades, de acordo com os objetivos da associação. -----

A identificada associação, Tuna Musical de Rebordões, tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte de outubro findo, válida por três meses; e cumpriu as suas obrigações declarativas para efeitos do Registo Central de Beneficiário Efetivo, conforme documento junto ao referido processo.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à associação Tuna Musical de Rebordões uma participação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros), mediante Protocolo de Colaboração a celebrar com a identificada associação, a pagar nos termos previstos na cláusula quinta do Protocolo e nos demais termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1643/2021. -----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1533/2021, conforme documento de requisição externa de despesa número 1813/2021, de vinte e oito de setembro último. -----



O senhor vice-presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse designar como gestor do Protocolo a celebrar o trabalhador José Manuel Alves Carvalho, para acompanhamento e fiscalização da respetiva execução. -----

Intervieram na discussão deste ponto os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram uma declaração de voto, a qual se junta à presente ata, constituindo a subsequente folha da mesma. -----

As propostas foram aprovadas por unanimidade. -----



Declaração de voto – Pontos 12, 13

As associações culturais, para a coligação PPD-PSD/CDS-PP, são coletividades que emancipam o papel do cidadão na criação e produção de atividades culturais, contribuindo para a dinamização das sociedades. Podem ser um veículo de desenvolvimento da educação artística, ao nível do Ensino não formal e informal, tendo como ponto de partida o contributo da participação ativa dos cidadãos. Neste sentido a coligação que representamos será sempre favorável ao apoio, financeiro, logístico e promocional por parte da autarquia. Contudo, e olhando para as duas propostas de atribuição de subsídios culturais trazidas hoje para a reunião de Câmara, bem como à atribuição de subsídios anuais, não conseguimos descortinar o porquê da diferença de verbas entre duas coletividades, no caso em concreto. Quais foram os critérios usados para chegar aos valores, qual o fator de diferenciação das verbas?

- O Plano de Atividades e Orçamento?
- O Relatório de Atividades do ano anterior?
- As Formas de financiamento das coletividades, nomeadamente, lista de outras entidades, públicas ou privadas, que as apoiem e respetivos montantes?
- A declaração comprovativa de situação regularizada perante a Segurança Social?
- O Número de associados?
- A identificação do montante global da despesa e valor do pedido?
- Orçamento ou fatura discriminada dos bens, produtos, serviços, ou equipamentos para os quais pretende apoio?
- Explicação fundamentada sobre a finalidade do pedido?
- A população abrangida pelas atividades da coletividade ou algum projeto em causa?

Não sabemos, aliás duvidamos que os senhores também saibam. É por isso, nosso entendimento que deve ser criada com urgência uma equipa em conjunto com as coletividades para que seja definido um regulamento e os respetivos critérios e montantes a atribuir; e que este seja revisto todos os anos por altura da aprovação do Plano e Orçamento para ano seguinte.

Mesmo considerando não existir equidade nem critérios para a criar no momento, votaremos favoravelmente a proposta de atribuição de subsídio.

Os Vereadores eleitos pelo Coligação Valorizar Mais,



Handwritten mark in black ink, possibly initials.

13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O GRUPO CORAL DE VILA DAS AVES (OFICINA DE MÚSICA). -----

Presente informação de dois de setembro último, do Serviço de Programação Cultural, registada com o número sete mil duzentos e trinta e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a enviar minuta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e a associação denominada Grupo Coral de Vila das Aves (Escola de Música), tendo por objeto estabelecer os termos e as condições da cooperação entre as duas partes, tendo em conta a sua atividade regular, o desenvolvimento dos programas e ações apresentadas em Plano Anual de Atividades, de acordo com os objetivos da associação. -----

A identificada associação, Grupo Coral de Vila das Aves (Escola de Música), tem a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada pelo município ao sitio institucional da Autoridade Tributária e Aduaneira, no dia dois de julho último, cuja informação assim obtida tem a validade seis meses; e cumpriu as suas obrigações declarativas para efeitos do Registo Central de Beneficiário Efetivo, conforme documento junto ao referido processo. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à associação Grupo Coral de Vila das Aves (Escola de Música) uma comparticipação financeira no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), mediante Protocolo de Colaboração a celebrar com a identificada associação, a pagar nos termos previstos na cláusula quinta daquele Protocolo, e nos demais termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1626/2021. -----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução

A

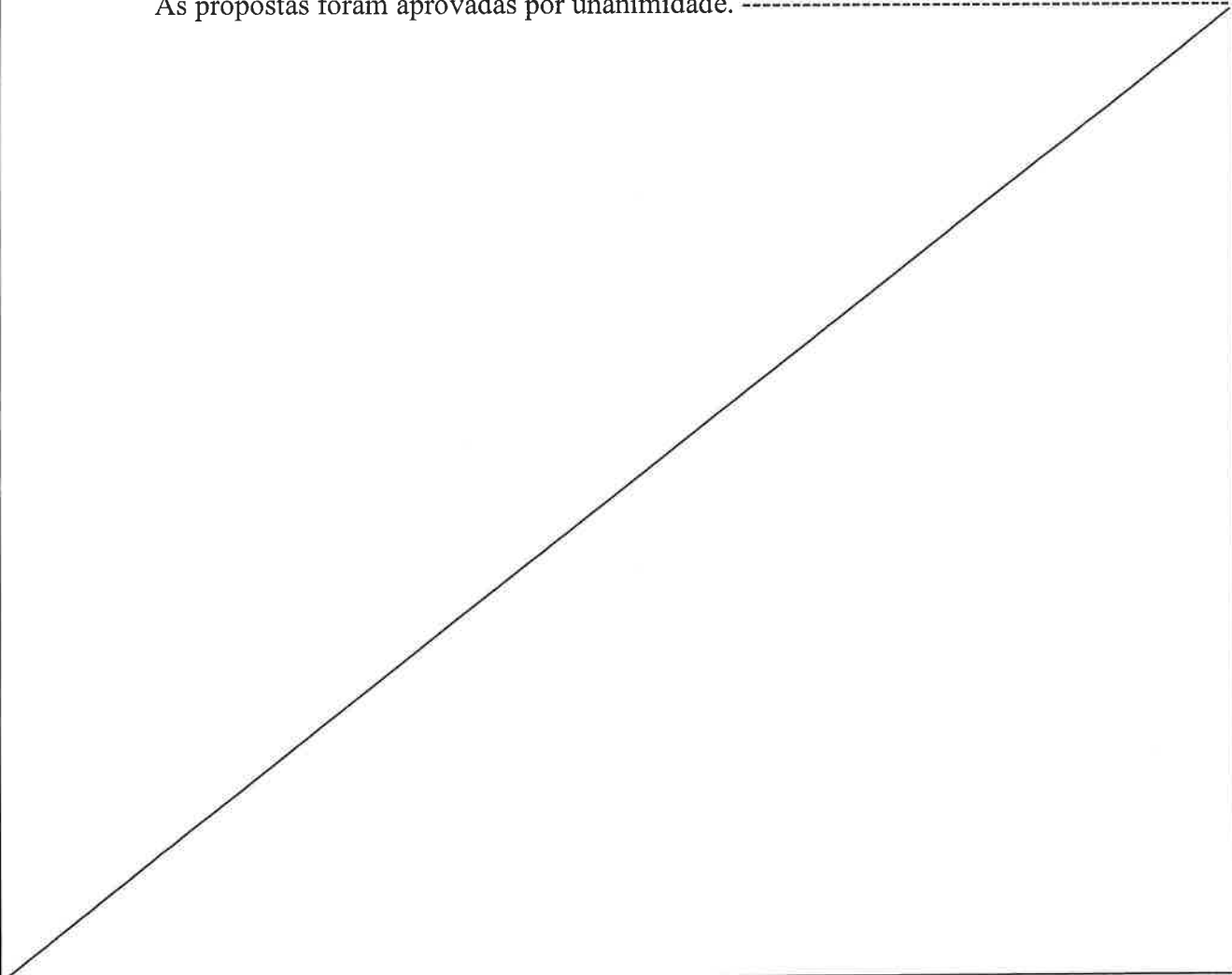
KL

orçamental com o número 1525/2021, conforme documento de requisição externa de despesa número 1803/2021, de vinte e cinco de setembro último.-----

O senhor vice-presidente propôs também que a câmara municipal deliberasse designar como gestor do Protocolo a celebrar o trabalhador José Manuel Alves Carvalho, para acompanhamento e fiscalização da respetiva execução.-----

No momento da discussão deste ponto os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP disseram que davam aqui por reproduzida a declaração de voto que fizeram a propósito do ponto anterior.-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----





14. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL AOS GRUPOS DE FOLCLORE CONCELHIOS A CONCRETIZAR MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO.-----

Presente informação de três do corrente de novembro, do Serviço de Programação Cultural, registada com o número nove mil quatrocentos e quarenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a enviar minuta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o município e as associações culturais abaixo identificadas, tendo por objeto estabelecer os termos e as condições da cooperação entre as partes, tendo em conta as atividades a desenvolver ao longo do ano pelas identificadas associações: -

- Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto;-----
- Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida- Santa Cristina do Couto;-----
- Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo (Centro Recreativo Popular de S. Martinho do Campo);-----
- Rancho Etnográfico das Aves;-----
- Rancho Folclórico S. Tiago de Rebordões;-----
- Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova;-----
- Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz;-----
- Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga;-----
- Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz;-----
- Rancho Santo André de Sobrado (Vila das Aves);-----
- Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho;-----
- Grupo Etnográfico de São Paio de Guimarei;-----
- Rancho Folclórico S. Mamede de Negrelos;-----
- Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas.-----

As identificadas associações têm a sua situação tributária regularizada, conforme consta

A
AL

da listagem que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, e cumpriram as suas obrigações declarativas para efeitos do Registo Central de Beneficiário Efetivo, conforme documentos juntos ao respetivo processo. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir a cada uma das associações atrás identificadas uma comparticipação financeira no montante de 2.800,00€ (dois mil e oitocentos euros) mediante a celebração de Protocolo de Colaboração, nos termos da minuta que se anexa à presente e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma.-----

A respetiva despesa, no montante total de 39.200,00 € (trinta e nove mil e duzentos euros), será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1643/2021.-----

Os compromissos inerentes estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme consta da listagem atrás referida. -----

O senhor vice-presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse designar como gestor do Protocolo a celebrar o trabalhador José Manuel Alves Carvalho, para acompanhamento e fiscalização da respetiva execução.-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade. -----

Não participou na discussão e votação deste ponto o senhor vereador Tiago Araújo em virtude de fazer parte dos órgãos sociais do Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida - Santa Cristina do Couto. -----

GRUPOS DE FOLCLORE	COMPROVATIVOS DA SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA REGULARIZADA			COMPROMISSO	REQ. EXTERNA	DATA
	ENTIDADE	DATA	VALIDADE			
Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto	Serviço Finanças de Santo Tirso	2021/11/03	3 meses	1397/2021	1655/2021	2021/09/15
Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida- Santa Cristina do Couto	Consulta efetuada pelo município	2021/09/10	6 meses	1406/2021	1665/2021	2021/09/16
Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo (Centro Recreativo Popular de S. Martinho do Campo)	Consulta efetuada pelo município	2021/09/21	6 meses	1407/2021	1666/2021	2021/09/16
Rancho Etnográfico das Aves	Serviço Finanças de Santo Tirso	2021/09/06	3 meses	1400/2021	1658/2021	2021/09/15
Rancho Folclórico S. Tiago de Rebordões	Consulta efetuada pelo município	2021/09/10	6 meses	1401/2021	1659/2021	2021/09/15
Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova	Serviço Finanças de Santo Tirso	2021/09/16	3 meses	1410/2021	1668/2021	2021/09/16
Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz	Consulta efetuada pelo município	2021/09/09	6 meses	1396/2021	1654/2021	2021/09/15
Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga	Consulta efetuada pelo município	2021/09/10	6 meses	1402/2021	1660/2021	2021/09/15
Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz	Consulta efetuada pelo município	2021/09/10	6 meses	1403/2021	1662/2021	2021/09/15
Rancho Santo André de Sobrado (Vila das Aves)	Consulta efetuada pelo município	2021/09/09	6 meses	1395/2021	1653/2021	2021/09/15
Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho	Consulta efetuada pelo município	2021/10/10	6 meses	1399/2021	1657/2021	2021/09/15
Grupo Etnográfico de São Paio de Guimarei	Consulta efetuada pelo município	2021/10/10	6 meses	1405/2021	1664/2021	2021/09/16
Rancho Folclórico S. Mamede de Negrelos	Consulta efetuada pelo município	2021/09/09	6 meses	1398/2021	1656/2021	2021/09/15
Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas	Consulta efetuada pelo município	2021/09/09	6 meses	1394/2021	1651/2021	2021/09/15





Handwritten mark in black ink.

15. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE PACOLI — PROPRIEDADES, CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA. - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL (PIM). -----

Presente requerimento de treze de setembro último, registado com o número dezassete mil quinhentos e onze, da sociedade Pacoli - Propriedades, Construções e Investimentos Imobiliários, Ld.^a, com sede na Rua Ferreira de Lemos, n.º 85, da cidade de Santo Tirso, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal relativo ao projeto de investimento respeitante à operação urbanística de loteamento, a que diz respeito o processo registado no município com o número 39/21-LLOT, que permitirá a construção de onze moradias unifamiliares na freguesia de Monte Córdova, cujo investimento a realizar tem um valor total previsto de 2.698.000,00 € (dois milhões seiscentos e noventa e oito mil euros), que correspondente a:-----

- Aquisição do terreno pelo valor de 375.000,00 € (trezentos e setenta e cinco mil euros);
- Valor de obras de construção de 2.203.000,00 € (dois milhões duzentos e três mil euros);
- Equipamentos no valor de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros).-----

Do processo consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de quatro do corrente mês de novembro, registada com o número nove mil quatrocentos e cinquenta e seis, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O valor global das taxas e compensação urbanística a pagar relativamente à operação urbanística em causa, conforme liquidação já efetuada pela Divisão de Licenças e Urbanismo, é de 34.645,95 € (trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), correspondendo a:-----

- 162,65 € (centos e sessenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) a taxas de licenças;
- 7. 844,20 € (sete mil oitocentos e quarenta e quatro euros e vinte cêntimos) à taxa municipal de urbanização; -----

A

- 26.639,10 € (vinte e seis mil seiscientos e trinta e nove euros e dez cêntimos) à compensação urbanística por não cedência de terreno ao município. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas da alínea b) do n.º 4 do artigo 15.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras receitas municipais, artigo 27.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, e alínea f) do artigo 3.º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TMU), e com a fundamentação que consta da informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, deliberasse reconhecer o especial interesse público deste investimento para o município de Santo Tirso, o qual contribuirá para o aumento da oferta de habitação, que vai de encontro ao objetivo da política habitacional municipal de promoção da habitação na área geográfica do concelho de Santo Tirso, para efeitos de isenção ou redução de taxas municipais a pagar, Taxa Municipal de Urbanização, bem como para efeitos de compensação urbanística. -----

A decisão relativa à percentagem da redução a conceder será tomada por despacho do presidente da câmara, na sequência da informação que vier a ser prestada pela Divisão de Licenças e Urbanismo. -----

Intervieram na discussão deste ponto os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram uma declaração de voto, a qual se anexa à presente ata, constituindo a subsequente folha da mesma. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Declaração de Voto – Pontos 15 e 16

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Costa e restante vereação,

Os pontos em causa, à semelhança dos trazidos na passada reunião de Câmara, destinam-se a reconhecer como Projeto de Interesse Municipal um conjunto de projetos e obras, no caso em concreto, que se destinam a projetos habitacional lucrativos.

Votaremos favoravelmente, mas não sem deixar claro que nos parece que os projetos de interesse municipal estão a ser considerados, mais uma vez sem critério.

Os Vereadores eleitos pelo Coligação Valorizar Mais,



M

16. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE DENOMINADA RODIMÉRITO CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA. - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL (PIM). -----

Presente requerimento de doze de outubro findo, registado com o número vinte mil duzentos e cinquenta, da sociedade Rodimérito Construções Unipessoal, Lda, com sede na Rua da Becha, n.º 274, freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal relativo ao projeto de investimento respeitante à operação urbanística de construção de um edifício destinado a habitação multifamiliar, em regime de propriedade horizontal, constituído por cinco moradias de tipologia T3, a que diz respeito o processo registado no município com o número 59/21 LEDI, na freguesia de Monte Córdova cujo investimento a realizar tem um valor total previsto de 760.600,00 € (setecentos e sessenta mil e seiscentos euros), que correspondente a:---

Do processo consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e dois de outubro findo, registada com o número nove mil e trinta e nove, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O valor global das taxas e compensação urbanística a pagar relativamente à operação urbanística em causa, conforme liquidação já efetuada pela Divisão de Licenças e Urbanismo, é de 34.732,75 € (trinta e quatro mil setecentos e trinta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), correspondendo a:-----

- 2.887,77 € (dois mil oitocentos e oitenta e sete euros e setenta e sete cêntimos) a taxas de licenças;-----

- 5.600,60 € (cinco mil seiscentos euros e sessenta cêntimos) à taxa municipal de urbanização;-----

- 26.244,38 € (vinte e seis mil duzentos e quarenta e quatro euros e trinta e oito cêntimos) à compensação urbanística por não cedência de terreno ao município.-----

A

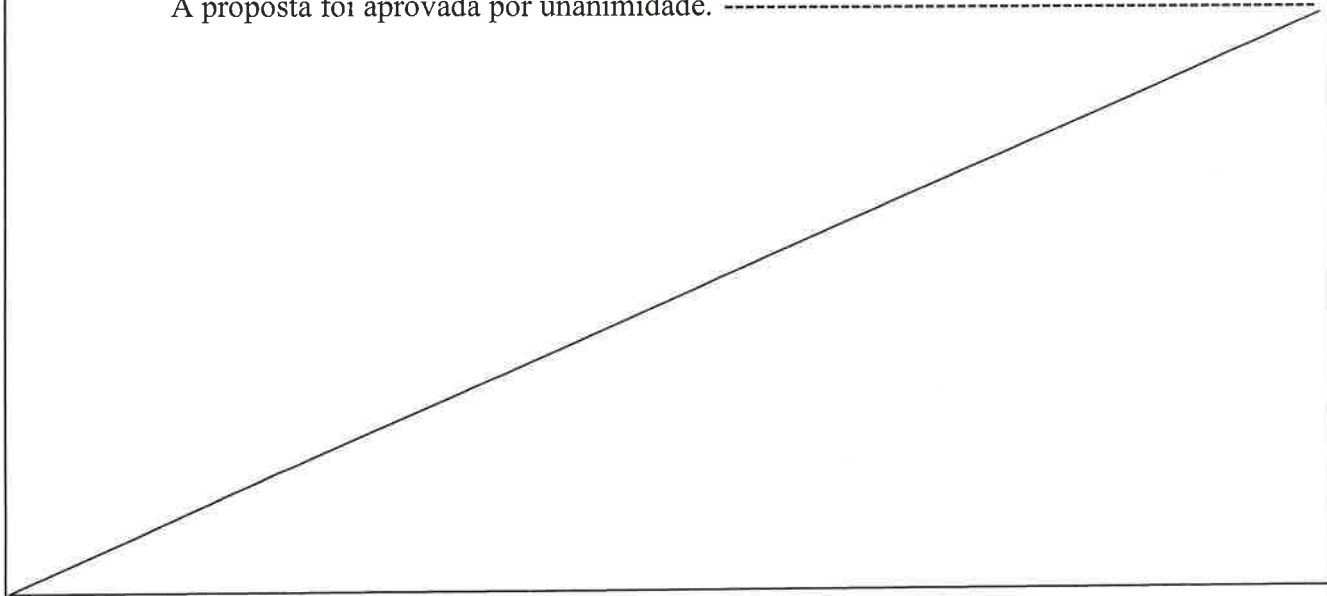
M

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas da alínea b) do n.º 4 do artigo 15.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras receitas municipais, artigo 27.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, e alínea f) do artigo 3.º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TMU), e com a fundamentação que consta da informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, deliberasse reconhecer o especial interesse público deste investimento para o município de Santo Tirso, o qual contribuirá para o aumento da oferta de habitação, que vai de encontro ao objetivo da política habitacional municipal de promoção da habitação na área geográfica do concelho de Santo Tirso, para efeitos de isenção ou redução de taxas municipais a pagar, Taxa Municipal de Urbanização, bem como para efeitos de compensação urbanística. -----

A decisão relativa à percentagem da redução a conceder será tomada por despacho do presidente da câmara, na sequência da informação que vier a ser prestada pela Divisão de Licenças e Urbanismo. -----

Intervieram na discussão deste ponto os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, que disseram que davam aqui por reproduzida a declaração de voto que fizeram a propósito do ponto anterior. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Quinze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem oitenta e oito folhas, apenas utilizadas no anverso e sete documentos anexos (anexo I, relativo ao item seis; anexo II, relativo ao item nove; anexo III, relativo ao item dez; anexo IV, relativo ao item onze; anexo V, relativo ao item doze; anexo VI, relativo ao item treze; e anexo VII, relativo ao item catorze), que eu

Adriana
Jagalhes

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 25/11/2021, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas seis).-----

A Secretária,

Adriana Jagalhes